

A RESISTÊNCIA À TRANSPosição DO RIO SÃO FRANCISCO NA PARAÍBA: HISTÓRIAS DE LUTA EM DEFESA DA TERRA, DAS ÁGUAS E DOS POVOS DO NORDESTE



**Frente Paraibana em Defesa da Terra,
das Águas e dos Povos do Nordeste**

O Sertão é o espaço brasileiro
Conhecido também por semi-árido!
Desde ontem e hoje é retratado
Como ruim e também seco por inteiro
Os poderosos indicam esse roteiro
Aproveitam-se, falando em solução
Com projeto faraônico e ilusão
E o povo continua no aprisco
A história do Rio São Francisco
É maior que essa tal transposição!!

Falta d'água sempre foi paliativo
Da história de nossa região
Mas, a chuva cai pelo sertão
Se colhida de modo criativo
Pode até se tornar um incentivo
Sem ser preciso cometer degradação
Não aceitamos projeto imposição
Nem tampouco, continuar no aprisco
A história o Rio São Francisco
É maior que essa tal transposição!

Severino Santos Terto

Apoio:



Sal da Terra

ISBN 978-85-98035-81-9



9 788598 103581 9

**A RESISTÊNCIA À TRANSPOSIÇÃO
DO RIO SÃO FRANCISCO NA PARAÍBA:
HISTÓRIAS DE LUTA EM DEFESA DA TERRA,
DAS ÁGUAS E DOS POVOS DO NORDESTE**

**A RESISTÊNCIA À TRANSPOSIÇÃO
DO RIO SÃO FRANCISCO NA PARAÍBA:
HISTÓRIAS DE LUTA EM DEFESA DA TERRA,
DAS ÁGUAS E DOS POVOS DO NORDESTE**

**Ana Célia Silva Menezes
Flávio Rocha (Orgs.)**

**FRENTE PARAIBANA EM DEFESA DA TERRA,
DAS ÁGUAS E DOS POVOS DO NORDESTE**

João Pessoa/PB- 2010

Sal da Terra

©Copyright 2010 by Ana Célia Silva Menezes, Flávio Rocha

Editoração Eletrônica:

Fabiana Gomes

Ana Célia Silva Menezes

Flávio Rocha (Orgs.)

**A Resistência à Transposição do Rio São Francisco
na Paraíba Histórias de Luta em Defesa da Terra,
das Águas e dos Povos do Nordeste/**

Ana Célia Silva Menezes

Flávio Rocha (Orgs.)

- João Pessoa: Sal da Terra Editora - 2010.

ISBN 978-85-98035-81-9

76p.

Proibida a reprodução parcial ou integral desta publicação,
por qualquer meio, sem a prévia autorização escrita do autor.

Impresso no Brasil

Foi feito o depósito legal

Sal da Terra

Rua São Miguel, 174, Varadouro, João Pessoa – PB 58010 – 270
Telefone/Fax (83) 3222.5016 — E mail: graficasaldaterra@hotmail.com

Dedicatória

Dedicamos este livro aos militantes Luzia Maria Chargas Barbosa e Alder Júlio Freire Calado pelo entusiasmo, sabedoria e compromisso com a Frente Paraibana em Defesa da Terra, das Águas e dos Povos do Nordeste

SUMÁRIO

Introdução	9
O Rio São Francisco é Maior que Esta Tal Transposição	11
<i>Severino Santos Terto</i>	
1. O Nascimento da Resistência Contra a Transposição na Paraíba	14
<i>Flávio José Rocha da Silva</i>	
2. A Mulher e o Semi-Árido	26
<i>Ana Célia Silva Menezes</i>	
<i>Delires Maria Brum</i>	
3. A Propósito da Greve de Fome de Dom Luiz Cappio	30
<i>José Comblin</i>	
4. A Transposição do Rio São Francisco	35
<i>José Jonas Duarte da Costa</i>	
5. A Transposição do Rio São Francisco: Elementos para Reflexão	44
<i>Gilson Alves</i>	
6. Possíveis Impactos da Transposição	49
<i>José Etham de Lucena Barbosa e Gilberto Queiroz de Lima Filho</i>	
8. O Mutirão das Águas	54
<i>Alder Júlio Freire Calado</i>	

Anexo 1 - Manifesto da Frente Paraibana em Defesa da Terra, das Águas e dos Povos do Nordeste	62
Anexo 2 - Água na Paraíba: Nota à Sociedade Paraibana	65
Anexo 3 - 5 de Junho – Dia Mundial do Meio Ambiente	67
Anexo 4 – Transposição: “Desenvolvimento” Contra o Povo	70
Sobre os Autores	75

INTRODUÇÃO

A oposição contra o projeto da transposição do rio São Francisco, capitaneada por várias comunidades indígenas e tradicionais e pelos movimentos e pastorais sociais, está inserida no contexto do *Ecologismo dos Pobres*, tão bem descrito pelo economista ecológico Joan Martinez Alier. São pessoas que, em um primeiro momento, não se denominariam ecologistas (no sentido dos que percebem a interação entre todas as coisas), mas que na prática sabem desta interação e da sua relação com o “Bem Viver” de humanos e não humanos.

Na Paraíba, esta oposição também é exercida não pelos filhos da classe média alta que foram influenciados pelo ambientalismo do Norte, mas por pessoas que estão em contato com os problemas do cotidiano dos mais pobres. Problemas como a concentração da terra e da água, por exemplo. São os “Severinos” de João Cabral de Melo Neto que perceberam que, no Nordeste, não é a falta de água que gera a fome, mas a concentração da mesma, junto com uma situação fundiária injusta há séculos. Se assim não o fosse, não haveria fome nos mangues paraibanos ou nas margens dos rios e das grandes barragens.

Mais uma vez as oligarquias nordestinas estão ávidas por mais um mega projeto orçado em bilhões e pago pelos cofres públicos. Mais uma vez os mais pobres pagarão para que a elite internacional e brasileira possa cumprir a seu destino de aniquiladora do meio ambiente através do agro e do hidronegócio. A novidade é que agora esta elite oligárquica está aliada com parte da hierarquia da Igreja Católica (que nas últimas décadas cumpriu o seu papel profético de denunciar as injustiças sócio ambientais), de partidos de “esquerda”, de algumas lideranças sindicais e da omissão de parte dos movimentos sociais. É um momento de transição na nossa história. Momento este que mostra como a ideologia do capitalismo, alicerçada na competição

e no acúmulo, conseguiu entranhar-se nas células desses políticos e lideranças.

Outros momentos difíceis já foram vivenciados neste país pelos mais pobres no passado. Quem não se lembra da Ditadura Militar e o seu poderio. Ou os anos Collor de Mello e os de Fernando Henrique Cardoso no poder. Hoje eles são renegados pela própria elite a que serviram. Assim acontecerá com os que apóiam os mega-projetos da transposição e das grandes barragens neste país, como tem nos contado a história dos oprimidos e das oprimidas.

Este livro é para lembrar às gerações futuras que muitas pessoas não se calaram. Que tantas outras foram às ruas e outras tantas prestaram solidariedade aos que agiram (o que também é uma forma de agir). Mas é, acima de tudo, para que a chama da esperança por um “Outro Mundo Possível” mantenha-se acesa, mesmo quando tudo parece retroceder e quem gerou esperança no passado entregou-se à engrenagem do modelo de desenvolvimento que está acabando com a nossa “Casa Comum”.

Este livro é também para homenagear os militantes anônimos que participaram das palestras, debates, vídeo-conferências, protestos, passeatas, mutirões, visitas aos atingidos, formações, encontros, etc. É a prova maior de que a solidariedade com os outros humanos e com a Mãe Terra continua mais viva do que nunca e que, por isso mesmo, como dizia o companheiro Argentino, seguiremos “Hasta la vitoria. Siempre!”

**A HISTÓRIA DO RIO SÃO FRANCISCO É
MAIOR DO QUE ESSA TAL TRANSPOSIÇÃO!**

Severino Santos Terto

O Sertão é o espaço brasileiro
Conhecido também por semi-árido!
Desde ontem e hoje é retratado
Como ruim e também seco por inteiro
Os poderosos indicam esse roteiro
Aproveitam-se, falando em solução
Com projeto faraônico e ilusão
E o povo continua no aprisco
A história do Rio São Francisco
É maior que essa tal transposição!!

Falta d'água sempre foi paliativo
Da história de nossa região
Mas, a chuva cai pelo sertão
Se colhida de modo criativo
Pode até se tornar um incentivo
Sem ser preciso cometer degradação
Não aceitamos projeto imposição
Nem tampouco, continuar no aprisco
A história o Rio São Francisco
É maior que essa tal transposição!

Nosso Rio tão irmão e companheiro
Sua nascente é na Serra da Canastra
E que pelo nordeste se alastra
Patrimônio do povo brasileiro
Sua morte virá por derradeiro
Veja só que cruel situação
Não se fala em revitalização
E agora é hora de virar o disco
A História do Rio São Francisco
É maior que essa tal transposição!

Falta política que garanta
Que estimule a nossa sociedade
Pra natureza sustentabilidade
Que desperte no povo consciência
Que permita viver sem violência
Também livre da especulação
Precisamos prestar mais atenção
Que a água vem da chuva ou do chuvisco
A história do Rio São Francisco
É maior que essa tal transposição!

É o projeto do governo federal
Cuja água não chegará ao pobre.
A mídia a serviço. Isso encobre.
Deixando a situação normal
Tudo isso é injustiça social.
A maior parte do projeto é irrigação
Veja só que tanta contradição
No sertão produzir até marisco
A história do Rio São Francisco
É maior que essa tal transposição!

Diz a música Riacho do Navio:
O Rio vai bater no meio do mar.
Só que hoje dá pena em pensar:
No mar já não chega mais o rio
Fica agora, pra gente o desafio
Luiz Cápio tomou a posição
Greve de fome é sua indignação
Terra, Água, Rio e o povo corre risco
A história do Rio São Francisco
É maior que esta tal transposição!

Mas, a frente paraibana e cearense,
Com certeza, movimentos sociais.
Essa proposta as bacias não convencem
Solidária, eu sei a gente vence!
Essa força do poder e ambição
Pois de outros temos a convicção
Conselheiro, Margarida e Corisco.
A História do Rio São Francisco
É Maior que essa tal transposição

1. O NASCIMENTO DA RESISTÊNCIA CONTRA A TRANSPOSIÇÃO NA PARAÍBA

Flávio Rocha

Primavera nos Dentes

João Ricardo e João Apolinário

Quem tem consciência para ter coragem
Quem tem a força de saber que existe
e no centro da própria engrenagem
Inventa a contra-mola que resiste

Quem não vacila mesmo derrotado
Quem já perdido nunca desespera
E envolto em tempestade, decepada
entre os dentes segura a primavera

O projeto de Transposição das águas do rio São Francisco foi, nos últimos anos, uma das obras governamentais mais polêmicas e que recebeu mais atenção da sociedade brasileira no tocante ao embate entre os Movimentos Sociais (MS) e o governo federal. Este confronto vem acontecendo há muitos anos¹, mas foi evidenciado a partir do ano de 2005 com a greve de fome do bispo católico Dom Luiz Flávio Cáprio².

Inicialmente chamado de Projeto de Transposição do rio São Francisco, esta obra passou a ser chamada de Projeto de Integração das Bacias do rio São Francisco no auge do embate entre os MS e o governo. Ultimamente foi rebatizada de Projeto de Integração do São Francisco (PISF).

¹ Em 1992, Dom Luiz e um grupo de pessoas percorreram todo o trajeto do rio São Francisco para conhecer a situação da bacia e dos ribeirinhos (Confira Rio São Francisco: Uma Caminha entre a vida e a Morte. Cappio; Martins; Kirchner, 2000)

² Dom Luiz fez duas greves de fome (a primeira em 2005 e a segunda em 2007) para chamar a atenção da sociedade brasileira para o projeto da transposição e a morte do rio São Francisco.

A região do Semi-árido³ nordestino permeia a imaginação dos brasileiros, em muitos casos, como inóspita e desértica, lugar de poucos recursos hídricos e seres humanos famélicos. O número de habitantes que lá vivem desmente este imaginário, pois são mais de 20 milhões de pessoas, o que torna o Semi-árido a região rural mais populosa do Brasil. Estudos e experiências recentes provam a viabilidade econômica da região através da convivência com as suas características climáticas, e a sua fauna e sua flora (RIBEIRO, 2007; COELHO, 2005; SILVA, 2008). Porém, como afirmam vários estudiosos da questão hídrica nordestina, esta área sofre com a imprevisibilidade das chuvas, o que pode provocar a insegurança hídrica e alimentar para seus habitantes, fato agravado pelas condições políticas locais.

O PISF é apresentado pelo Governo Lula como a solução para a insegurança hídrica no Semi-árido. O projeto prevê a construção de dois canais chamados de Eixo Norte e Eixo Leste, somando mais de setecentos quilômetros, para trazer a água do rio São Francisco para o Nordeste Setentrional. Este rio corta os estados de Minas Gerais, da Bahia, de Pernambuco, de Sergipe e de Alagoas, os chamados estados doadores. Os canais atravessarão os estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco e do Ceará, chamados de estados receptores (VILELA, 2005). A grande maioria dos MS opositores está concentrada nos estados doadores, porém há vários grupos organizados nos estados receptores que também são contrários a este projeto (SAID, 2009), a exemplo da Frente Cearense por uma Nova Cultura de Águas e Contra a Transposição, no Ceará, e da Frente Paraibana em Defesa da Terra das Águas e dos Povos do Nordeste, na Paraíba. Há outros grupos em Pernambuco e no Rio Grande do Norte.

Na justificativa para a construção dos canais, o governo alega que o projeto garantirá acesso a água para mais de 12 milhões de pessoas no

³ O Semi-árido brasileiro compreende os estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, parte da Bahia e pequena parcela do estado de Minas Gerais (RIBEIRO, 2007, p. 41)

Semi-árido. No entanto, pastorais sociais ligadas as mais diversas igrejas cristãs, além dos movimentos indígena e quilombola, da Comissão Pastoral da Terra, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB – para citar alguns – posicionaram-se contra este projeto alegando que não houve uma discussão com a sociedade civil e que, por tratar-se de um projeto que custará bilhões aos cofres governamentais, não pode ser imposto de forma autoritária (TUBINAMBÁ, 2008; COELHO, 2005). Os MS contrários ao canal também chamam a atenção para a não necessidade da água, visto que, segundo seus representantes, o problema da insegurança hídrica na região acontece por má distribuição da água armazenada. Outra preocupação dos MS opositores é que a principal serventia do PISF será a irrigação de fruticulturas e para a carcinicultura e não o consumo humano e animal, como alegado pelo governo (GUIMARÃES, 2007; SUASSUNA, 2007). Sendo assim, defendem a implantação do Projeto Atlas do Nordeste, elaborado pela Agência de Águas do Governo Federal (MALDOS, 2008) e o incremento das experiências exitosas, que estão acontecendo na região, no que concerne à fixação dos sertanejos e sertanejas no campo.

Na busca pela conquista da opinião pública brasileira, já que esta é a verdadeira custeadora da obra orçada em mais de seis bilhões (GUIMARÃES, 2007), o governo tem se utilizado de recursos midiáticos para convencer os formadores de opinião e a população da viabilidade do PISF. Do outro lado, movimentos e organizações sociais da sociedade civil têm feito uso dos mais diversos mecanismos para educar a população do Semi-árido nordestino, e fora dela, sobre a não necessidade do projeto. Para estes MS, o que está na base da discussão é o modelo de desenvolvimento que está sendo proposto para o Nordeste (SAID, 2009). Modelo de desenvolvimento que é considerado a pedra angular para a crise sócio ambiental que estamos atravessando no planeta.

O Nascimento da Frente Paraibana em Defesa da Terra, das Águas e dos Povos do Nordeste

O envolvimento de membros da hierarquia católica brasileira e de artistas de renome nacional na articulação para a paralisação do PISF, não mostrou toda uma mobilização feita a partir das bases dos MS e pastorais ligadas a diversas igrejas, contra este projeto com o destaque merecido. Não que devamos desmerecer o comprometimento destas figuras de destaque, mas a mídia escamoteou o fato de que a oposição nasceu das bases.

A articulação feita através de debates, seminários, redes, Frentes, passeatas, etc. mostrou a completa distância entre os anseios dos movimentos sociais que reconhecem no modelo de desenvolvimento atual fundado no agrohidronegócio, a base de nossos problemas, e os partidos políticos ditos de esquerdas que, ou se esvaíram do debate ou se juntaram de forma secundária aos homens e às mulheres que lutam contra o Projeto São Francisco.

O estado da Paraíba, como estado receptor⁴, vive um grande dilema no tocante a este tema. Praticamente todas as forças políticas paraibanas (incluindo parlamentares que sempre foram ligados aos movimentos sociais), apoiam o PISF. Muitas Ongs e MS que não concordam com o projeto, hoje são financiadas pelo governo e não podem se manifestar publicamente contra a transposição do Velho Chico. Além disso, o arcebispo da Paraíba, Dom Aldo Paggoto, é o presidente do Comitê Paraibano em Defesa da Transposição. Mais: O primeiro técnico do Ministério da Integração, responsável pelo projeto, era o professor Francisco Sarmiento. Some-se a isso o fato que muitos MS e pastorais sociais paraibanos estão fortemente ligados ao Partido dos Trabalhadores no estado e, sendo este o partido do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, os parlamentares petistas também

⁴ O projeto é dividido entre os estados doadores (Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Minas Gerais e Bahia) e os estados receptores (Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba). Creio que deversem ser incluídos como doadores, o estado de Goiás e o Distrito Federal, já que muitas nascentes desta área desaguam no São Francisco.

defendem o projeto, inibindo ou pressionando setores da sociedade civil organizada a fazerem o mesmo ou a silenciarem, em uma clara atitude de submissão. Faça-se aqui justiça a ex-vereadora do município de João Pessoa, Paula Frassinete, que publicamente declarou-se contra a transposição.

Não bastassem todos estes fatos, setores da mídia empresarial paraibana, com fortes ligações com o agronegócio, tomaram partido pelo PISF, fazendo com que a população que recebe informações apenas através destas matrizes não sejam informadas dos problemas que advirão caso o projeto seja concretizado. Por fim, quase que não se ouviu as vozes das universidades paraibanas a respeito do PISF. É possível contar nos dedos, como é dito de forma popular, aqueles e aquelas que o fizeram.

O cenário não poderia ser mais pessimista para criar um movimento contra a transposição no estado da Paraíba e, no entanto, foi possível construí-lo a partir da base dos movimentos populares e posicionar-se com destaque contra a transposição. Assim, diante de tantas adversidades e contra todas as perspectivas positivas de um movimento organizado contra o PISF, nasceu a Frente Paraibana em Defesa da Terra, das Águas e dos Povos do Nordeste.

O Começo da Resistência

A Resistência contra a transposição começou de forma mais organizada ainda na década de 1990. Ainda no ano de 1994, aconteceu na cidade do Recife, o Seminário Regional Contra a Transposição do Rio São Francisco, do qual participaram algumas entidades paraibanas como a Associação Paraibana dos Amigos da Natureza – APAN – e a Comissão Pastoral da Terra-PB, por exemplo.

Em novembro de 2004 mais de oito mil pessoas estiveram reunidas no I Fórum Social Nordestino – I FSNE. Durante este evento, vários grupos começaram a dialogar sobre o anunciado projeto de transposição feito pelo então Ministro da Integração, **Ciro Gomes**. Era visível a insatisfação criada no meio dos MS a partir da área geográfica situada na Bacia Hidrográfica do rio

São Francisco. Dava-se como certa a realização do projeto anunciado para iniciar no primeiro semestre de 2005 e propagada como a salvação para os problemas graves de concentração hídrica, entre outros, no Nordeste. O discurso oficial era de que a transposição levaria água para a população desassistida por seu abastecimento no Semi-árido nordestino.

Uma das deliberações da Coordenação Colegiada do IFSNE, da qual este autor fazia parte, foi continuar a luta contra a Transposição. Para tal, foi organizada uma vídeo-conferência com um debate entre os representantes do governo e dos movimentos sociais. Na Paraíba, o debate aconteceu no dia 2 de maio de 2005 na Assembléia Legislativa, através do Sistema Interlegis. Os MS da Paraíba contrários ao PISF foram representados pelo sindicalista Gilson Alves.

Em março 2006, com o pretexto para comemorar o Dia Internacional da Água, um grupo de aproximadamente quarenta pessoas reuniu-se no Auditório do Ibama de João Pessoa e convidou o sindicalista Gilson Alves para falar sobre a transposição, como já havia feito na vídeo-conferência organizada anteriormente.

Da Resistência Desorganizada para a Organização da Resistência

O anúncio da passagem da Caravana em Defesa do São Francisco pela Paraíba, que percorreu várias capitais brasileiras para denunciar os verdadeiros propósitos do PISF, fez com que alguns MS e pessoas que se posicionavam contra a transposição, mas que estavam atuando de forma isolada, comesçassem a se reunir para preparar a recepção à Caravana. De início contava-se com menos de dez pessoas entre representantes dos movimentos e pastorais de Campina Grande e João Pessoa. Decidiu-se, então, por ter a Caravana centrada na capital paraibana, já que nesta cidade concentra-se o maior número de veículos de comunicação de massa com grande poder irradiador de informações.

Participaram destas primeiras reuniões, sempre realizadas no Mosteiro de São Bento, no Centro de João Pessoa, representantes da

Articulação do Semi-Árido - ASA, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST, da Consulta Popular, Alunos do Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPB, dos Missionários e Missionárias de Maryknoll, da Comissão Pastoral da Terra, etc. Em meio às reuniões para a preparação das atividades da Caravana, emergiram questões sobre o que faríamos depois de findadas as atividades daquele dia. Era evidente para todos e todas ali presentes que era necessário uma continuidade das articulações que ali estavam nascendo. Surgiu a idéia de criar uma Frente que congregasse os mais diversos setores dos movimentos e pastorais sociais. Sugeriu-se então o nome Frente Paraibana pela Vida no Semi-árido. Alguém lembrou não seria interessante delimitarmos a luta ao Semi-árido, já que o agronegócio afeta a todas as regiões do Brasil. Ficou acertado que o nome seria *Frente Paraibana em Defesa da Terra, das Águas e dos Povos do Nordeste*. Estas eram as entidades que integravam os primeiros anos da Frente: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST, Comissão Pastoral da Terra, Cáritas, Serviço Pastoral do Migrante, Centro Acadêmico de Biologia, Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Paraíba, Movimentos dos Atingidos por Barragens, Articulação do Semi-Árido-ASA, Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba, Gabinete de Paula Frassinete, Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero, Juventude Franciscana de Santa Rita, de Cabedelo e da Tito Silva, Pequenas Comunidades das Irmãs Inseridas, Articulação de Mulheres no Brasil, Sindicato dos Trabalhadores em Extensão Rural da Paraíba, Grupos de Teatro do Oprimido Loucos Por Mudança (Bayeux), G.R.I.T.O (UFPB) e os Incomodados Mudam a Situação (Santa Rita), Movimentos dos Pequenos Agricultores- MPA e Cunhã Coletivo Feminista e APAN.

Foi a necessidade de mostrar ao povo paraibano que existia uma oposição dentro do estado e que nem todos viam com bons olhos a proposta do Ministro Ciro Gomes que nos fez nascer e que até hoje nos faz resistir.

Atualmente, a Frente Paraibana reúne-se uma vez por mês na cidade de Campina Grande, já que alguns de seus integrantes são daquela cidade

e de municípios vizinhos a ela. Muitos dos protagonistas do início da caminhada já não estão mais conosco por diversas razões como desânimo frente ao poder do governo, múltiplas ocupações, falta de tempo para mais uma atividade e cooptação por parte dos gordos financiamentos, aos mais diferentes grupos, praticados pelo Governo Lula. Nossas reuniões são freqüentadas por representantes da Associação de Juventude pelo Resgate da Cultura e cidadania - AJURCC , Assembléia Popular de Campina Grande, Movimento Estudantil de Biologia, Associação dos Amigos da Natureza – APAN, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Movimentos dos trabalhadores Desempregados – MTD, Irmãs Inseridas no Meio Popular, Missionários e Missionárias de Maryknoll, Pastoral Operária de Campina Grande, Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra – MST - e pelas Comissões Pastorais da Terra de Campina Grande, de João Pessoa e do Sertão da Paraíba, além de pessoas que estão preocupadas com este tema.

Nossas reuniões servem para a troca de informações entre os grupos e para a formação sobre a problemática da transposição e de como ela está inserida em um modelo de desenvolvimento que traz vantagens para poucos. Entre nós não há coordenador ou coordenadora, presidente ou algo que se constitua como uma autoridade representativa do grupo. O nosso modelo é de poder partilhado e serviço ao “Bem Viver”, na busca por um planeta que respeite as diferenças, partilhe as riquezas e preserve a vida para as gerações futuras.

Algumas Atividades Realizadas pela Frente e/ou em Conjunto com Outras Entidades

Atividade	Data	Descrição da atividade
Organização da Caravana em Defesa do rio São Francisco na cidade de João Pessoa	29 de agosto de 2007	A Caravana passou por várias capitais brasileiras e era composta por lideranças de vários movimentos e pastorais sociais, assim como professores e pesquisadores contrários a transposição
Lançamento da Frente Paraibana em Defesa da Terra, das Águas e dos Povos do Nordeste	04 de outubro de 2007	O lançamento da Frente Paraibana contou com mais de cem pessoas e foi realizado na Universidade Federal da Paraíba
Ato em apoio a Dom Cappio durante a sua segunda greve de Fome na Av. Pedro II em João Pessoa	10 dezembro de 2007	Representantes de várias entidades fizeram entrega de panfletos e apitajo no horário mais movimentado da Av. Pedro II, próximo ao IBAMA.
Visita a Dom Cappio durante a sua segunda greve de fome	13 de dezembro de 2007	Por ocasião da segunda greve de fome de Dom Cappio, a Frente organizou uma comitiva com representantes de várias pastorais e movimentos sociais para prestar solidariedade na luta contra a transposição.
Participação na Conferência dos Povos do rio São Francisco	25 a 27 de Fevereiro de 2008	A Conferência aconteceu na cidade de Sobradinho-BA e contou com a presença de mais de duzentas pessoas. A Frente Paraibana enviou 14 representantes.
Encontro Nordestino dos Estudantes de Biologia e História	22 de março de 2008	João Pessoa sediou o Encontro dos Estudantes de Biologia e História que culminou com uma marcha contra a transposição no bairro de Mangabeira.

Dia de Mobilização Contra as Mentiras do Governo	01 de abril de 2008	Movimentos e pastorais sociais contrários a transposição de vários estados foram às ruas protestar contra as mentiras do Governo Lula no Dia da Mentira.
Viagem ao Cariri e ao Sertão Paraibano	08 a 11 setembro de 2008	Alguns membros da Frente Paraibana visitaram as cidades de Monteiro, Patos, Sousa e Uiraúna para articular contatos com lideranças religiosas e das pastorais e movimentos sociais contrários a transposição
Prêmio Pax Christi	16 a 18 de outubro de 2008	O Prêmio Paz Christi foi concedido a Dom Cappio e a entrega da premiação aconteceu em Sobradinho-BA. Na ocasião, vários membros da Frente Paraibana se fizeram presentes.
Encontro Nordestino dos Estudantes de Agronomia	01 de maio de 2009	O Encontro aconteceu na cidade de Areia e a Frente participou com uma palestra sobre a transposição.
II Encontro Popular da Bacia do São Francisco	21 a 23 de Agosto de 2009	A reunião aconteceu em Juazeiro-BA, e teve como objetivo a articulação dos movimentos contrários a transposição. Dois integrantes da Frente Paraibana estiveram presentes.
II Mutirão das Águas	25 a 30 de novembro de 2009	Mais de 50 militantes de diversos movimentos contrários a transposição percorreram os estados da Paraíba, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte para colher dados sobre as obras da transposição e conversar com os atingidos.
Encontro da Nova Consciência	16 de fevereiro de 2010	Integrantes da Frente Paraibana organizaram um debate com o tema O Nordeste que Queremos – Do Desenvolvimento ao Envolvimento: Qual a Contribuição Dos Movimentos Sociais. O evento fez parte do Encontro de Mística e Militância dos Movimentos Sociais.

Entrega do Relatório do Mutirão da Águas ao Ministério público	20 de março de 2010	Integrantes da Frente Paraibana entregaram o relatório da situação dos atingidos pelas obras da transposição nos municípios de Monteiro e São José de Piranhas ao Ministério Público, em Campina Grande. O relatório foi fruto das visitas realizadas no Mutirão das Águas
I Encontros dos Atingidos pelas Obras da Transposição	17 de junho de 2010	A Frente ajudou a articular e organizar o I Encontro dos Atingidos e Atingidas na Cidade de Campina Grande

Referências

- CAPPIO, Luiz Flavio; MARTINS, Adriano; KIRCHNER, Renato (Orgs.) **Rio São Francisco: uma caminhada entre a vida e a morte**. Petrópolis: Vozes. 2000.
- COELHO, Marco Antônio T. **Os Descaminhos do São Francisco**. São Paulo: Paz e Terra. 2005.
- GUIMARÃES, João Abner. **Reforma Hídrica do Nordeste como Alternativa à Transposição do Rio São Francisco**. In *Cardernos dos CEAS*. Salvador: Loyola. 2007.
- MALDOS, Paulo. **Presidente Lula e Dom Cappio: na roda viva da história**. In *A Vida por um rio*. Dias, Débora et al (orgs). Fortaleza: Expressão Gráfica. 2008.
- RIBEIRO, Manoel Bonfim. **A Potencialidade do Semi-árido Brasileiro: O rio São Francisco transposição e revitalização uma análise**. Brasília: Fubras. 2007.
- SAID, Magnólia. **Transposição do Rio São Francisco; a outra margem da história**. Fortaleza: Expressão Gráfica. 2009

SILVA, Roberto Marinho Alves da, *Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-árido: Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento.* Fortaleza: Série BNB Teses e Dissertações. 2008.

SUASSUNA, João. *As Águas do Nordeste e o Projeto de Transposição do rio São Francisco.* In Cadernos CEAS. Salvador: Loyola. 2007.

TUBINAMBÁ, Soraya Vanini. *Um frei, duas igrejas, um pecado.* In A Vida por um rio. Dias, Débora et al (orgs). Fortaleza: Expressão Gráfica. 2008.

VILELA, Teotônio. *Transposição do São Francisco: perdendo o foco.* Brasília: Gráfica do Senado Federal. 2005.

2. MULHER E ÁGUA NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO

Ana Célia Silva Menezes e Delires Maria Brum

A mulher do semi-árido representa 40% da força de trabalho e mais da metade começam a trabalhar com 10 anos de idade. São elas as principais responsáveis pela garantia da água do consumo doméstico, ajudadas, nessa tarefa pelas crianças, principalmente “as meninas”.

Embora a legislação brasileira proíba a discriminação da mulher, na zona rural qualquer que seja o ramo de sua atividade, elas ganham menos que os homens. Na região semi-árida do Estado da Bahia, as trabalhadoras rurais recebem salários mensais que representam entre 76,6% e 85% em média dos salários masculinos. Em algumas regiões os dados revelam que a sujeição da trabalhadora ao patrão é praticamente total e que os salários são inferiores.

Teoricamente o salário representa a individualização do trabalhador. Na prática, isto se concretiza mais facilmente para os homens que para as mulheres. Sobretudo na área rural, estas continuam trabalhando para “ajudar” o marido em troca de um salário que vem embutido no cônjuge e a mulher não pode gozar de nenhum dos poucos benefícios assegurados pela lei, uma vez que legalmente elas não se constituem trabalhadoras. Até 2005, as mulheres não podiam possuir títulos de terra e ter acesso aos programas de crédito.

As habilidades e atividades produtivas desenvolvidas pela mulher, sobretudo na área rural (cozinhar, costurar, entre outras) são potenciais até então pouco utilizado para o desenvolvimento. A casa, culturalmente, já está designada como o lugar da mulher, da mãe de família. As atividades aí desenvolvidas são consideradas um não-trabalho. Mesmo que os filhos e a mulher desempenhem tarefas no roçado, essas são consideradas “ajuda”. E se o homem desenvolve qualquer tipo de tarefa da casa, não é considerado uma distribuição de tarefas, mas é visto como uma ajuda ao trabalho da mulher. A fala de seu José- Diocese de Ruy Barbosa confirma quando diz; *“Hoje a cisterna ficou uma coisa muito importante pra mim, pra minha*

mulher e pra meus filhos. Eu não carregava água porque sou do trabalho, mas pra minha mulher que fica em casa ficou bom demais!"

Nas regiões semi-áridas o problema da água é, obviamente, mais relevante e antigo que em outras regiões. Organizações não-governamentais e organizações das populações desta região vêm investindo na busca de soluções diferenciadas para os diferentes tipos de demanda de água nas propriedades rurais. Vão desde o manejo dos recursos para economizar água disponível, até investimentos na captação e conservação de diferentes aguadas: cisternas para o consumo humano e para a produção, barragens subterrâneas, caxios entre outros.

Armazenar água de chuva, entretanto, é uma aprendizagem cultural, é uma revolução de costumes que aponta para um novo comportamento da população em relação à natureza no semi-árido brasileiro.

Segundo Roberto Malvezzi (2001) a captação de água é também uma questão de gênero, basta considerar que a tarefa de abastecer a família com água, no sertão brasileiro, é tarefa de responsabilidade da mulher.

O processo de discussão da gestão da água, durante a construção de cisternas, entre outras coisas, tem sido, inclusive, uma oportunidade para se discutir a questão de gênero no sertão de maneira muito real.

Se contabilizarmos o tempo que a mulher dispensa para a garantia diária da água para o consumo da casa e da família, chegamos a aproximadamente $\frac{1}{4}$ da sua vida gasto no transporte da água.

Um trabalho apresentado no V Simpósio Brasileiro de Captação e Manejo de Água de Chuva¹, aponta para a viabilidade de acesso à água de beber através desta tecnologia milenarmente conhecida e atualmente tão difundida pela ASA: construção de cisternas para o consumo humano.

A importância hoje que estas famílias atribuem a ter em sua casa água de boa qualidade está associada à maneira como estão sendo conduzidos a construção das cisternas e os cursos sobre gerenciamento de recursos hídricos que têm como ponto forte a discussão da importância do

¹ Trabalho apresentado por Ligia Maria de Medeiros Silva, José Dias Campos e José Rego Neto. Piauí, 2005

cuidado com o tratamento da água para a saúde da família e também seu uso racional. Neste contexto, como a maioria dos participantes são mulheres, elas têm desempenhado um papel fundamental como difusoras deste conhecimento junto à família.

Podemos a partir deste trabalho (apresentado no simpósio) e de tantos outros já divulgados sugerir uma reflexão: se esta alternativa tecnológica simples e de baixo custo tem sido experimentada e comprovadamente vem apontando resultados satisfatórios na garantia do acesso à água de beber a população empobrecida do semi-árido, por que ela não se transforma numa efetiva política pública neste país? Por que a insistência de alguns setores da sociedade e principalmente do Estado brasileiro em apontar e investir em alternativas faraônicas e de altíssimo custo? Quais interesses estão sendo garantidos?

Esta discussão da mulher e água no semi-árido para além da questão de gênero nos aponta também uma questão eminentemente política: O acesso a água ou sua negação insere-se num contexto de modelo sócio-econômico excludente e perverso que transforma bens naturais em mercadoria.

Neste contexto de luta e resistência é inegável a presença e participação das mulheres, sobretudo em entidades e organizações que têm como bandeira de luta a água. É evidente que historicamente sua atuação tem sido limitada ao mundo doméstico, o que não as prepara para a competição e para a luta de igualdade civil como um direito que lhes é devido. Pior ainda, o seu dia-a-dia não entra nos anais históricos do país e, comumente, sua história de vida é ignorada. Esta “invisibilidade” e tímida presença da mulher em instâncias de gestão é o resultado de um processo histórico que não faz justiça à efetiva contribuição feminina nos processos de mobilização e organização de base. Porém esta situação tem sido gradativamente refletida e enfrentada pelas mulheres e pelos vários grupos sociais que acreditam e apostam em outro modelo social.

A 2ª Conferência Internacional da Mulher, em 1980, sobre mulher e desenvolvimento marcou a virada na política internacional voltada para as mulheres. Foi reconhecido que estas sempre estiveram integradas ao

desenvolvimento, porém em condições desiguais e não carentes. Introduziu-se então outra dinâmica de desenvolvimento para as mulheres a assim chamada “Gênero e Desenvolvimento” que tem como enfoque as relações entre homens e mulheres assumindo uma meta de desenvolvimento equitativo com decisões compartilhadas no sentido de gerar poder para todas e todos que estão em situação de exclusão, transformando assim as situações desiguais e um desenvolvimento centrado nas pessoas.

Frente a esta realidade, entidades que atuam na área social e de desenvolvimento têm a preocupação em construir seu planejamento a partir da ótica de gênero. Mas, apesar dos avanços, inexitem condições equitativas para as mulheres e homens. Virou um certo modismo planejar os trabalhos sob a ótica de gênero, mas concretamente pouco é realizado pois não se conseguiu um avanço no processo de democratização das relações.

A Cáritas Brasileira, situada frente a esta situação em que vivem à margem milhares de mulheres, tendo a solidariedade como principal atitude e missão institucional, tem utilizado a questão de gênero como tema transversal marcando presença significativa no contexto do semi-árido e em parceria com outras entidades da região amplia sua intervenção nessa realidade com um programa específico de convivência com o semi-árido, no qual a construção de cisternas para o consumo doméstico é um eixo central.

Discutir, pois, a água na perspectiva da mulher exige de cada pessoa e da sociedade através das suas instituições trazer à visibilidade a presença, participação e importância da mulher numa questão de extrema relevância: A possibilidade da vida. Afinal o acesso à água e à água de boa qualidade é condição primeira para a sobrevivência e melhoria de qualidade de vida, sobretudo das populações das famílias do semi-árido. Outro elemento importante é reconhecer o papel educativo que ela exerce no conjunto da família. A difusão desses conhecimentos acerca das estratégias da população ou populações em exigir a garantia do direito à água, também fica ao encargo da mulher.

Para a mulher a garantia da água na região semi-árida além de direito é também efetiva possibilidade de tempo para o investimento em outras atividades sociais e comunitárias.

3. A PROPÓSITO DA GREVE DE FOME DE DOM LUIS CAPPIO

José Comblin

O que há no evangelho que pode nos iluminar a propósito dessa atitude?

Jesus disse: “*Quem quiser salvar sua vida perdê-la-á; mas quem perder sua vida por causa de mim e do evangelho salvá-la-á*” (Mc 8,35) [1]. Jesus disse: “*Se alguém quer vir em meu seguimento, renuncia a si mesmo, tomê sua cruz e siga-me*” (Mc 8,34). O que é a cruz? A cruz é a morte. Com a sua cruz Jesus vai para a morte. Seguir Jesus é caminhar atrás dele no mesmo caminho.

Jesus disse também: “*Se alguém vier a mim sem me preferir ao seu pai, à sua mãe, à sua mulher, aos seus filhos, aos seus irmãos, às suas irmãs e até a própria vida, não pode ser meu discípulo*” (Lc 14,26) [2].

Estas palavras dizem que há valores mais importantes do que a vida e que a vida não pode salvar-se a qualquer preço, como se fosse o valor absoluto. O próprio Jesus mostrou isso na sua vida. Na véspera da sua paixão, ele podia muito bem ter fugido, seguindo os conselhos dos seus discípulos. Bastavam alguns poucos dias de marcha e ele estava fora do alcance daqueles que o queriam matar. Ele teve que escolher: Fugir ou morrer. Os próprios evangelhos dizem que a tentação foi forte e a luta foi dura, mas ele resolveu ir ao encontro da morte. Sabia que iam matá-lo, e assim mesmo foi ao encontro da morte.

Dom Oscar Romero sabia, tinha a certeza de que iam matá-lo. No entanto, era fácil evitar a morte. Bastava tomar o avião e afastar-se do país. Assim o suplicavam os padres, os agentes de pastoral e até as autoridades eclesiásticas. Era muito fácil. Morreu porque quis. Ficou em San Salvador, sem se esconder. Ele se ofereceu à bala do atirador. Por quê? Por causa do evangelho.

E quantos outros na história? Claro que na mesma situação a grande maioria faz a outra opção e foge. Já foi assim nos primeiros séculos. A grande maioria fugiu, se escondeu e escapou. Outros quiseram ficar e oferecer-se à cruz.

Claro está que a opção de Jesus é opção livre. A opção de seguir Jesus é livre. Cada pessoa pode e deve escolher.

Como é que se apresenta a necessidade de fazer uma opção? Não há regras. Não existe um código do martírio. Porque tudo é pessoal e as circunstâncias históricas variam. Onde e quando se pode dizer que a causa do evangelho está comprometida?

Dom Oscar Romero achou que na matança e na opressão do seu povo o evangelho estava comprometido e que a fidelidade a Jesus exigia dele que tomasse a sua cruz. Tomou a sua cruz. Não ia ao encontro de um risco de morte. Era uma certeza. Assim como os primeiros cristãos que se negavam a oferecer incenso à imagem do imperador sabiam que isso era a morte.

As circunstâncias mudam. Hoje em dia em lugar nenhum se pede incenso para o presidente da república. No entanto, hoje em dia o grande ídolo é o dinheiro. Baixar a cabeça diante dos grandes bancos mundiais é idolatria. Com certeza vão aparecer mártires da luta contra o deus dinheiro.

De qualquer maneira não podemos colocar a vida como valor supremo e tudo subordinar à necessidade de salvar a vida. Podemos muito bem descobrir que em casos determinados a defesa dos direitos dos pobres justifica o sacrifício da vida. Quantos morreram porque desafiaram a polícia, os capangas do fazendeiro ou os pistoleiros contratados pelos poderosos?

O que pode nos estranhar, é a modalidade. Fazer greve de fome é diferente de colocar-se na frente do atirador para levar um tiro. A forma exterior é diferente, mas isso não muda a natureza moral do ato.

A greve de fome é um meio de ação social relativamente novo, mas destinado a um grande futuro na sociedade urbana de comunicação. Os dominadores dizem que a decisão tomada por um Congresso representa as opções da maioria da população porque os deputados são os representantes da nação. Porém, a experiência mostra que isso é pura ilusão. Os deputados não representam o povo, mas certas categorias de interesses. O que aconteceu na Europa, mostrou muito bem a ilusão do sistema chamado de representatividade como se as eleições fossem realmente um sistema

democrático. A experiência mostra que os pobres não têm representação, e que os eleitos não levam em consideração nenhuma as expectativas dos eleitores. Quem ganha as eleições, é quem tem dinheiro, salvo poucas exceções. Então os pobres não têm voz.

Dizem que os conflitos devem resolver-se pelo diálogo e pelo debate. Ora, quem está presente nos debates? Intelectuais e representantes das classes dominantes. O povo está ausente de todos os diálogos e de todos os debates. Somente pode haver diálogo entre grupos de força igual. Ora os pobres não têm força nenhuma e os ricos têm todas as forças. Como pode haver um diálogo? Somente haverá diálogo quando os pobres tiverem uma força social suficiente e equivalente à força dos bancos, das multinacionais, das grandes empresas. Até lá o diálogo é engano.

Acontece que a greve de fome é um gesto destinado a despertar o povo. É quase a única maneira que um povo tem de mostrar a sua presença e de pressionar os poderosos. Todos os canais institucionais estão fechados. Para lembrar a sua existência aos poderosos os pobres precisam de sinais fortes. Sem esses sinais o medo é sempre mais forte.

Neste caso o governo conseguiu que o bispo desista da greve, pelo menos de modo provisório. Não creio que o bispo tenha muitas ilusões, mas ele fez um gesto de humildade procurando acreditar no governo. Mostrou assim que era uma pessoa profundamente pacífica. Mas ele é também uma pessoa comprometida.

A greve de fome é o último recurso quando não há mais recursos. A outra via é a violência como na Palestina e no Iraque. O bispo mostrou que tinha escolhido o caminho pacífico, o que merece admiração e gratidão. Haveria outro recurso? O Congresso? Os partidos? Os tribunais? Todas estas instituições escutam os clamores do povo? Para o povo somente existem caminhos fora das instituições e fora das leis. As leis não foram feitas para lhes facilitar a expressão.

Sobre a história da greve de fome, conferir Gene Sharp, *The Methods of Nonviolent Action*, part II of *The politics of nonviolent Action*, Boston, 1973, p.363-368. Ele cita os exemplos de Danielo Dolci na Sicília depois

da 2ª guerra mundial e dos nacionalistas irlandeses no tempo das lutas pela emancipação da Irlanda depois da 1ª guerra mundial, às vezes com o apoio do episcopado irlandês. Também há o exemplo de Gandhi.

Sobre o método de greve de fome como método não violento, ver as apreciações do especialista da não violência, Jean Maria Muller, *Stratégie de l'action non-violente*, Fayard, Paris, 1972, p.154-159.

Sobre o ponto de vista da moral católica, ver E.López Azpitarte-F.J. Elizarrri -R. Rincón, *Práxis cristã*, t. II, ed. paulinas, São Paulo, 1984, p. 98: “não se considera que a greve de fome seja condenável de modo absoluto, ou seja, em qualquer condição e sob qualquer condição e sob qualquer premissa”. No hiper-ortodoxo *Dictionnaire de Théologie Catholique*, A Michel escreve no t. XIV, col. 2748: “O caso da `greve de fome` é particularmente interessante. Fazer greve de fome para conseguir a cessação do cativo pode ser lícito se a esperança de libertação tem fundamento e se esta libertação é útil para o bem público. Cf. *Ami du clergé*, 1920, p. 399-400; 529-531, a propósito do caso do prefeito de Cork”.

A Nunciatura Apostólica em Brasília publicou um a nota divulgada pela CNBB em que diz o seguinte: Durante a homilia o Nuncio Apostólico destacou que a vida é um dom de Deus, da qual não somos donos, mas sim administradores: “*Só Deus é o dono da vida e não podemos tirá-la. Segundo a moral católica, o fim não justifica os meios, mesmo que seja uma nobre causa*”.

Ora, a fidelidade ao evangelho vale mais do que a vida e Deus quer essa fidelidade mais do que a vida. Assim o mostraram os mártires que provocaram a sua morte porque rejeitaram os gestos que podiam salvá-los a vida. Puderam escolher e escolheram a morte porque havia um valor superior que era a fidelidade ao evangelho.

Quem faz a greve de fome não tira a sua vida, mas pressiona os poderes; cria um risco, mas esse risco existe em outras situações humanas. O padre Damião de Veuster decide permanecer entre os leprosos sabendo que vai morrer. Para ele a caridade valia mais do que a vida e podemos pensar que Deus pensa a mesma coisa. A caridade vale mais do que a vida.

Em terceiro lugar, não se aplica o princípio de que o fim não justifica os meios. O meio não é a morte como se a morte fosse o meio de conquistar o fim. O meio é a pressão moral que exerce aquele que faz a greve de fome. Essa pressão moral é um risco. No entanto, há na vida muitas situações de risco. A experiência mostra que em sociedades semi-abertas como no Brasil, os poderosos acabam cedendo porque a pressão popular é muito forte.

A mesma CNBB comunica uma carta dirigida pelo cardeal Ré ao bispo Luiz

O cardeal diz o seguinte:

“os princípios da moral cristã não permitem que leve adiante a sua decisão. É necessário conservar a vida, dom de Deus e a integridade da saúde”.

Seja-me permitido também expressar um certo desconcerto. Sua Eminência invoca os princípios da moral cristã. Não dá nenhuma referência. Se consultamos os livros de moral católica não encontramos essa condenação. E o Sr. Cardeal não invoca nenhum texto do magistério.

Ou ele se refere de novo ao princípio do senhor Nuncio de que a vida é o bem supremo. A mesma dúvida aplica-se aqui.

Como conciliar essas posições com os textos evangélicos e com o próprio comportamento de Jesus que não fez da vida o bem supremo, mas sacrificou a vida por uma causa superior?

Notas:

(1) Tradução da Bíblia ecumênica. A tradução da Bíblia de Jerusalém diz: “Aquele que quiser salvar a sua vida, irá perdê-la; mas, o que perder a sua vida por causa de mim e do evangelho, irá salvá-la”. A tradução de Alonso Schökel (Bíblia do peregrino) diz: “Quem se empenha em salvar a vida a perderá; quem perder a vida por mim e pela boa notícia a salvará”.

(2) Tradução da Bíblia ecumênica. A Bíblia do peregrino traduz: “Se alguém vem a mim e não põe em segundo lugar seu pai, sua mãe, sua mulher e seus filhos, seus irmãos e irmãs, e até a própria vida, não pode ser meu discípulo”.

4. SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

José Jonas Duarte da Costa

Projeto é antigo, o debate é enfadonho, mas necessário. A “chamada” seca nordestina é tema da historiografia regional desde o século XIX. Os clássicos que tratam do grande sertão estão aí. Torna-se obrigação nossa estudá-los. Euclides da Cunha, José Américo, Orris Barbosa, Guimarães Duque, Josué de Castro, Djacir Menezes, Manoel Correia, Chico de Oliveira, Celso Furtado, etc. Além de uma gama enorme de monografias, dissertações e teses de doutorado, abordando a seca, o sertão, suas estruturas socioeconômicas, políticas e culturais. Nesse rico material é possível se encontrar uma precisa radiografia histórica, geográfica, política, econômica e cultural dos nossos sertões. Também se encontra uma série de proposta de soluções. Cada uma seguindo seus paradigmas e vies ideológico. Outra leitura importante sobre os sertões ressequidos do Nordeste deve vir a partir dos movimentos sociais que historicamente atuam lá e da própria vivência no caro torrão, que para muitos foi negada. Outros, por opção, largaram o sol abrasador do semi-árido e com ele romperam qualquer vínculo, preferindo fazer o debate a partir das areias sombreadas do litoral, e defendendo arraigadamente o agronegócio, ou como dizem no sertão do meu cariri paraibano, fazendo a defesa do “agrobode” ou o “bode dos ricos”.

Numa sociedade regida por leis de mercado, sob os padrões selvagens do consumismo atual e de valores culturais tão apegados aos interesses menos nobres do ser humano, como a ganância econômica e o vale-tudo para ganhar mais, as questões socioambientais são facilmente desprezadas e entram apenas como resíduo na equação central da proposta de transposição. De um lado mantém-se o ideário que permeou o debate sobre as “soluções para as secas nordestinas” desde o final do século XIX. Do outro, uma tentativa de semear outros valores, outros paradigmas, uma nova cultura.

Há os que preferem o caminho mais fácil e não o mais coerente. O caminho que atrai mais holofotes e ecos imediatos aos seus discursos. A análise objetiva e profunda, demanda tempo e conhecimento, e o principal, exige coragem.

O diagnóstico de que a seca nordestina é resultado da falta d'água é antigo. Vem da análise da seca de 1877 – 1879. Com um rastro de 500 mil mortos de sede e de fome por toda a Região, era difícil outra conclusão. A partir do maior drama da história brasileira e ainda contando os esqueletos dos humanos e dos animais entre a caatinga e sobre os rios e riachos ressequidos se edificou uma imagem dos sertões e se construiu “a solução contra as secas”. Se o problema é falta de água, a solução seria levar água à região.

O raciocínio simplista e elitista escamoteava e escamoteia uma realidade bem mais complexa. Escondia e por vezes tenta esconder, uma sociedade dividida em classes, onde a propriedade da terra, e o acúmulo de riquezas determinam quem tem garantido a vida e a luxúria, como também, a quem resta o êxodo do lugar amado na busca de sobrevivência. Esse diagnóstico encobria e ainda tenta encobrir a violenta desigualdade dos efeitos da seca sobre os atingidos. Enquanto para os ricos a seca significava e significa as perdas do passivo e do ativo econômico, consolidado em gado, terras, bens móveis e imóveis, para os pobres é a “triste partida”. É a fome, a sede, a morte. Como diz o “poeta dos sertões”, Patativa do Assaré, o pequeno produtor é forçado a colocar à venda seus pertences, *“pois logo aparece feliz fazendeiro, por pouco dinheiro, lhe compra o que tem”*.

É mister, no entanto, afirmar que, a “Solução Hidráulica” se mostrou ineficaz ao longo do tempo no propósito de resolver o problema da seca. Águas represadas, encontradas e viabilizadas para o acesso humano foram privatizadas e monopolizadas pelos grandes fazendeiros. Outro fator que desmoralizou a “Solução Hidráulica” foi o próprio regime pluviométrico do semi-árido. Vejam: durante os anos 60 e 70 do século XX, as secas foram

isoladas, tanto do ponto de vista temporal como espacial. Isto é, não houve anos de secas gerais, que atingisse todo o semi-árido de uma só vez, aliás como na maioria das vezes na história das secas nordestinas. São poucos os anos que a seca atingiu todo o Nordeste semi-árido. No entanto, a concentração fundiária e o êxodo rural neste período foram intensos. E todos sabem que foi o período de maior crescimento econômico brasileiro, com taxas de até 11% ao ano, como também, o de maior concentração de riquezas.

Nos anos 80, quando o déficit hídrico já se apresentava mínimo, a crise econômica (da dívida externa) e a *débâcle* da cotonicultura expuseram o semi-árido nordestino a um dos mais violentos processos de emigração da história mundial contemporânea. Foram cerca de 5 milhões nordestinos expulsos de suas terras em menos de 10 anos. Esses dados e informações nos gabaritam para afirmar que a “solução hidráulica” não foi suficiente para resolver o problema social do semi-árido.

Na realidade, a “solução hidráulica” transformou-se, ao longo do tempo, num grande instrumento de concentração de rendas e terras. Primeiro pelo desenvolvimento natural do capitalismo brasileiro, especialmente pelo modelo adotado, particularmente na região semi-árida; segundo, pela promoção da chamada “Indústria da Seca”. Os donos das terras transformaram-se nos donos da água e usufruíram, quase sempre, dos recursos destinados aos programas de “combate as secas”. As desigualdades sociais aumentaram, o problema social agravou-se, tornando-se obviamente, no grande drama nacional, refletido tristemente no caos urbano em que se tornaram as cidades brasileiras.

Ao longo do tempo outras “alternativas” para o semi-árido foram pensadas e pesquisadas. Tentou-se construir imagens diferentes das edificadas pelas oligarquias locais. No entanto, a imagem predominante e consagrada é a de um Sertão inóspito, pobre, degradado. De um clima hostil, carente de programas que alterassem aquelas terras inférteis, ineficientes e improdutivas. Prevaleceu a imagem de um sertanejo forte,

mas inferior, pronto a receber esmolas; de uma região pela qual se devota pena e socorros. Essa imagem do atraso, só beneficiou e beneficia as classes dominantes, receptoras históricas principais, das “obras contra as secas”, dos “benefícios” e “ajudas” carreadas para o semi-árido.

Ainda nos anos 30 do século XX vislumbraram-se o desenvolvimento de diversas técnicas e tecnologias que utilizassem os magníficos potenciais vegetais, hídricos, de solos, clima e fauna do semi-árido. Idealizaram-se, no próprio DNOCS (a época ainda IFOCS), atividades produtivas que agregassem valor às potencialidades produtivas do semi-árido e se buscassem vantagens comparativas. O centro primordial dessas idéias coordenadas por Guimarães Duque se encontrava na valorização do ecossistema Semi-árido, na pesquisa científica das potencialidades do bioma Caatinga, de seus solos, de sua cultura, de seu sol.

Um episódio desse período merece destaque. A geração de emprego a partir da industrialização da fibra de Caroá. O Caroá é uma bromeliácea da caatinga, de folhas e fibras um pouco mais longas do que a Macambira. No final dos anos trinta e principalmente durante os primeiros anos da década de quarenta, durante a 2ª Guerra, essa fibra alcançou um ótimo preço internacional por ser extremamente resistente. O caroá brotava na terra sertaneja como “praga”, e o seu beneficiamento passou a ser uma necessidade da indústria de cordas e de sacarias. O Caroá chegou a gerar entre 1942 e 1943 quinhentos mil empregos entre o Moxotó pernambucano e os Cariris Velhos da Paraíba. A importância da indústria do Caroá foi tão grande que o fluxo migratório inverteu-se. Tornou-se comum, pessoas nascidas no litoral buscarem emprego na extração e beneficiamento da fibra do Caroá em plenas terras secas do semi-árido. Ocorreu fenômeno impossível de se pensar hoje. Sertanejo pedir sol em vez de chuva, pois quanto mais seco melhor para desfibrar aquela bromélia selvagem. Abandonada politicamente a fibra sertaneja sofreu a sorte de inúmeras outras espécies de vegetais da caatinga. Nunca se desenvolveram estudos profundos de seus potenciais, não foi trabalhada seu melhoramento, muito menos,

ampliado e aperfeiçoada sua utilização, caindo assim em desuso e sendo substituído por outras fibras.

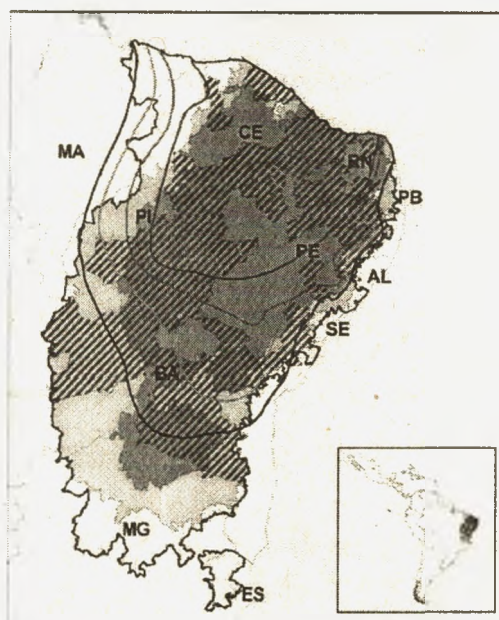
O Caroa é simbólico de como foi tratado o nosso sertão ao longo dos anos. Com desprezo. Como de qualidade inferior. Em pesquisas recentes desenvolvidas pelo Programa de Pós-graduação de Engenharia Agrícola, biólogos e agrônomos já catalogaram aproximadamente 4.000 (quatro mil) espécies de vegetais no bioma Caatinga. Isto é, aproximadamente, quatro vezes mais do que o bioma de qualquer clima temperado da Europa ou da América do Norte. É suficiente também para afirmarmos que, desfrutando das técnicas e tecnologias disponíveis hoje na Biotecnologia e na Engenharia Genética, o bioma Caatinga vem a ser um banco privilegiado da matéria prima dos mais importantes para várias indústrias do mundo contemporâneo e para as próximas gerações. Da indústria de alimentos, farmacêutica, cosmética, passando por fruticultura, até a de fibras e geneticista. É um potencial, apenas superado pelos biomas da Mata Atlântica e da Floresta Amazônica.

O nosso semi-árido, por sua vez, guarda uma diversidade climática, geológica, de fauna e flora, que a rigor, deve ser reconhecido como vários semi-áridos. Esse fator também é primordial e o enriquece ainda mais em possibilidades produtivas.

Os embates de paradigmas de desenvolvimento desencadeados ao longo do processo histórico no semi-árido foram, quase sempre, vencidos pelas oligarquias locais. Essas defensoras de um conceito de semi-árido avesso à utilização do próprio ecossistema. Uma concepção de desprezo à cultura, à vegetação, ao solo e ao clima local. Numa demonstração evidente de tratar-se de uma classe social de mentes colonizadas, de práticas políticas e sociais extremamente atrasadas.

No processo de modernização da economia brasileira e especialmente do semi-árido, ocorreu uma aliança de classes sociais digamos, de coerência duvidosa, e ao mesmo tempo danosa ao Sertão e aos sertanejos trabalhadores, pobres. Uniram-se as oligarquias sertanejas com

o grande capital internacional e nacional do setor de máquinas e implementos agrícolas; defensivos e fertilizantes químicos. A lógica da “modernização” do semi-árido foi o desmatamento, o extermínio da Caatinga com toda sua fauna e flora; e a introdução de atividades produtivas exógenas e inadequadas ao ecossistema natural. Em função de nos tornar consumidores vorazes de seus produtos, a indústria internacional e algumas grandes indústrias nacionais nos fizeram “engolir” um pacote tecnológico para a região.



Áreas Suscetíveis à Desertificação

- Áreas Semi-Áridas
- Áreas Submetidas Secas
- Áreas do Entorno
- Limites das ASD

Áreas Afetadas por Processos de Desertificação

- ▨ Moderada
- ▨ Grave
- ▨ Muito Grave



Isolinhas de Incidência de Secas

- 20%
- 40%
- 60%
- 80%

PROGRAMA DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO – PROÁGUA SEMI-ÁRIDO – ANTIDESERTIFICAÇÃO. OTAMAR, 2006.

É esse o quadro atual do semi-árido nordestino. 80% do estado da Paraíba se encontra num estágio grave ou muito grave de desertificação. A desertificação significa a perda da possibilidade de produzir nessas áreas. Isso levaria ao agravamento das questões sociais naquela área, do empobrecimento da população, da dependência cada vez maior de políticas assistencialistas. A forma como foram desenvolvidas as atividades produtivas nessas áreas é a causa principal desse desastre ambiental anunciado. A concentração fundiária, o empobrecimento da população e a conseqüente irracionalidade no uso do meio ambiente, a bovinocultura extensiva, o cultivo irracional, o agrotóxico, a irrigação em áreas impróprias e o uso de tecnologias inadequadas, foram as ações antrópicas que têm provocado esse drama.

A raiz central desse mau uso do semi-árido encontra-se no modelo de desenvolvimento econômico. Na concepção do ecossistema que, em vez de desenvolver seus potenciais preocupou-se em alterá-lo. Em função de um desenvolvimento econômico hoje esgotado. Diria mesmo ultrapassado. A dinâmica pressuposta para o semi-árido precisa ser outra. A de potencializar sua biodiversidade, suas vocações produtivas. Deve-se estancar essa idéia de “solução hidráulica”, de jogar mais água no manójo dos grandes proprietários, hoje sob a forma do agronegócio.

É preciso denunciar essa retórica de que a transposição do rio São Francisco fará chegar água aos que têm sede. No atual modelo de desenvolvimento econômico, sob o manto da economia de mercado, hoje dominado pelo agronegócio, mantido pela aliança entre o capital financeiro e os monopólios da indústria do setor agrícola e como se estrutura o atual projeto de transposição, garantindo que 66% da água desviada será para irrigação, os pobres do sertão serão, mais uma vez, as vítimas do processo. De fato, já ocorre, nas áreas onde se projeta passar água permanente do canal leste, no meu cariri, uma pressão da lei de mercado. Os pequenos proprietários estão perdendo seus lotes às margens do Paraíba seco para

os grandes empresários iniciarem seus negócios no Paraíba cheio, inundado com o dinheiro público.

Algumas questões são necessárias de serem feitas aos defensores da transposição.

Para onde irão agora esses ex-camponeses das terras secas do cariri? Como nessa lógica dominada pela “lei de mercado” pode-se assegurar sua permanência na beira do rio e seu benefício? Quem se viabilizará com a fruticultura irrigada? Os mesmo agentes do perímetro de Petrolina e Juazeiro, de Assu e Jaguaribe, ou seja, os empresários paulistas e estrangeiros que já dominam esses negócios lá? Que políticas públicas estão sendo desenvolvidas para os 97% dos residentes no semi-árido que não terão nenhum tipo de benefício com a obra? Que projetos de convivência com o semi-árido, comprovadamente viáveis, estão desenvolvendo para beneficiar o camponês pobre, distante dos canais que transportarão o precioso líquido? Qual a quantia destinada a esses programas? Se a água desviada do São Francisco é para o consumo humano, porque não se otimiza a utilização das águas das barragens existentes, através de processos de integração de bacias estaduais, com um custo calculado em menos de 10% do Projeto de Transposição? Por exemplo, por que não se cria vários sistemas de adutoras, ou seja, sem perda por evaporação, que evitem o desperdício das águas represadas em Coremas/Mãe D’água ou da barragem de Acauã para abastecer Campina Grande uma das cidades “colapsadas”?

As respostas a essas questões não podem ser oferecidas sem a constatação da adesão a um projeto das elites econômicas regionais que mais uma vez se utilizam de um discurso demagógico prometendo a redenção para os que têm sede.

Na realidade penso que é o embate de projetos de desenvolvimento e mesmo de sociedade que se encontra no fundo do debate sobre a transposição. O atual modelo, acomodado, considera que é possível o desenvolvimento econômico e, em consequência o desenvolvimento social

sem se alterar as atuais estruturas. Eu penso o contrário. Considero que é inadiável a edificação de um modelo de desenvolvimento sustentável. Ou seja, economicamente viável, socialmente justo, ambientalmente equilibrado e culturalmente integrado. Na realidade considero que é a única alternativa para salvar o semi-árido. E isso só é possível se alterarmos a atual estrutura social. Se alterarmos o atual sistema fundiário, se alterarmos as relações sociais ainda coronelísticas, arcaicas e desumanas de exploração do sertanejo, se edificarmos uma cultura alicerçada na solidariedade acima da ganância, se edificarmos uma cultura de valorização do seu ecossistema, se se elevar o nível político-cultural das populações do semi-árido. Para isso é necessário, no mínimo, que sejam ouvidos os setores organizados envolvidos no debate. Que se escute as propostas alternativas do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco. Que se construa, com transparência, propostas sérias, plausíveis e sustentáveis voltadas realmente para atender o sertanejo e o Sertão. Sem subterfúgios ou falsas promessas. Esse é o nosso desejo. Apenas esse.

5. TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO: ELEMENTOS PARA REFLEXÃO

Gilson Alves

“Falta água no Semi-Árido paraibano ou os recursos hídricos disponíveis são mal gerenciados”?

As políticas públicas adotadas pelos sucessivos governos para a região Semi-Árida Paraibana, nos últimos 50 anos, em quase nada contribuíram para que as famílias do campo e da cidade tivessem uma verdadeira compreensão da dimensão do que é viver e conviver numa região Semi-Árida.

As estratégias utilizadas para convivência baseada na construção de grandes açudes, grandes adutoras e grandes projetos de irrigação não foram suficientes nem adequadas para conter o êxodo rural, a sede, a fome, a pobreza e a miséria na região. Elas contribuíram e contribuem para elevar a cultura do desperdício de água, agressão ao meio ambiente e ao abandono. Existem, na Paraíba, 133 médios e grandes açudes com uma capacidade de armazenamento de água da ordem de 3,9 bilhões de metros cúbicos, capacidade essa superior à necessidade de consumo, pela população e meios de produção, se levarmos em consideração uma lógica de convivência sustentável no Semi-árido.

Os grandes reservatórios de água passam uma falsa idéia de que podemos usar com abundância e poluir esses recursos, que não haverá falta. Senão vejamos:

1- As adutoras e estações de tratamento de água que abastecem as cidades desperdiçam 40% do volume total bombeado, acrescentado-se ainda os vazamentos nas redes de distribuição urbanas e o gasto elevado por parte dos consumidores;

2- A perenização de rios e poluição dos mesmos também demonstra negativamente o uso desses mananciais;

3 - Os açudes e barragens estão expostos a um processo de

evaporação, promovidos pela excessiva construção de açudes e barragens num mesmo rio, pela ação do vento, das altas temperaturas e transpiração de plantas, que juntas, consomem até 60% da água armazenada;

4 - Aproximadamente, 20 (vinte) grandes projetos de irrigação foram instalados na Paraíba, cujos objetivos eram irrigar 45 mil hectares, produzir alimentos e produtos para a agroindústria visando abastecer o mercado interno e externo, gerar 135 mil empregos diretos e indiretos e melhorar a qualidade de vida dessas famílias. Passados mais de vinte anos os paraibanos se deparam com uma triste realidade, todos esses projetos estão abandonados e não cumpriram as funções para as quais foram instalados. As causas desse abandono são as mais diversas, pois demonstram que são inviáveis ECONOMICAMENTE, pois os custos de aquisição e manutenção dos equipamentos de irrigação e tecnologias usadas no cultivo são bastante elevados, enquanto que os produtos dos agricultores não têm garantia de preço e de compra. São inviáveis SOCIALMENTE, pois não produziram os alimentos, os produtos para agroindústria, os empregos previstos, nem melhorou a renda das famílias e ainda contribuiu para aumentar os índices de doenças nas pessoas do campo e da cidade, causado pelo uso de agroquímicos. São inviáveis AMBIENTALMENTE, pois contribuem para a degradação dos solos agrícolas, contaminam as águas subterrâneas, os rios, açudes e animais através do uso de adubos químicos e pesticidas.

A partir dos elementos aqui apresentados e considerando que em toda extensão territorial paraibana chove em médias anuais algo em torno de 500 mm distribuídos nos seus 56.000 km² nos leva a uma disponibilidade, média, de água anual de 28 bilhões de metros cúbicos. Portanto se fazem necessários o uso de meios eficientes de captação, armazenamento, distribuição, uso e manejo racional da água através de processos de gestão compartilhada e descentralizada desses recursos.

Ao contrário do que pensam alguns políticos, o debate sobre transposição das Águas do rio São Francisco não envolve apenas o aspecto técnico, mas principalmente as questões de ordem política e os elementos fundamentais que serviram e servirão de base para a adoção de políticas

públicas, principalmente para a região Semi-Árida. O debate sobre o referido tema, aqui na Paraíba, vem acontecendo em fóruns que atendem apenas a conveniência política partidária de alguns grupos dominantes, e as organizações da sociedade civil tem poucos espaços nesses ambientes.

A Paraíba dispõe de uma experiência nada agradável sobre Transposição de águas, da sub-bacia do rio Piancó ou mais precisamente da barragem Coremas/Mãe D'água para as várzeas de Sousa. Dez anos se passaram, já foram gastos R\$ 100.000,00 (cem milhões de reais) com obras, equipamentos e desapropriação de terras que visam irrigar 4.500 hectares, gerarem 36.000 (trinta e seis mil) empregos, direta e indiretamente, mas até o momento nenhuma área foi irrigada e apenas foram gerados os empregos temporários na construção do canal, instalação da estação de bombeamento e redes de distribuição de água, empregos esses que já foram extintos. Portanto mais uma grande obra que não chegou a sua conclusão e se encontra atualmente em estado de abandono e não serve como referência para nenhuma região e muito menos para justificar a Transposição de águas do Rio São Francisco.

A simples transposição de águas do Rio São Francisco, como ação isolada, em nenhum momento vai conduzir a processos que contribuam para uma ampla compreensão por parte da população do campo e da cidade a conviver com a região Semi-Árida.

Não podemos acreditar num projeto que envolve grandes somas de recursos financeiros e hídricos para beneficiar apenas 5% da região semi-Árida e que provocará fortes impactos, ambientais, sociais e culturais negativos, entre outros.

Permanece a mesma lógica dos grandes projetos de adutoras e irrigação adotados na Paraíba, e sua sustentabilidade é bastante frágil. Imaginem bombear água com grandes volumes num desnível de 470m (desnível do Rio Paraíba, nas imediações de Monteiro, em relação à área de captação de água em CABROBÓ-PE) a que preço chegará essa água aos consumidores? Quem vai pagar essa conta de água? Quais cultivos terão viabilidades econômicas, sociais e ambientais?

Uma coisa nós temos certeza, com as experiências dos projetos de irrigação instalados na Paraíba, através de pequenas adutoras e pequenos desníveis, todos, se encontram abandonados. Como podemos acreditar que o resultado da irrigação através de adutoras do Rio São Francisco vai ser diferente?

Como justificar a lógica de bombear água para perenizar rios poluídos pelos esgotos domiciliares, de indústrias e de agroquímicos, além das perdas causadas pela evaporação nos rios e açudes abastecidos?

Segundo informações de João Urbano (Ministério da Integração), os estados é que pagarão pelo uso da água consumida. Como podemos acreditar que por trás desse projeto não esteja embutida a privatização dessas águas?

Considerando as diversas experiências aqui apresentadas, defendemos:

- A revitalização do Rio São Francisco, seus afluentes, como também de todas as bacias e sub-bacias hidrográficas que compõem o Semi-árido Brasileiro.

- Desenvolver ações estruturadoras, que envolva processos, de uma política de convivência com a região semi-árida que valorize e integre as diversas experiências existentes de uso e manejo sustentado dos recursos hídricos (açudes, adutoras, com as experiências locais a exemplo das barragens subterrâneas sequenciadas e irrigações artesanais, como alternativa aos grandes projetos de irrigação; implantação do projeto “um milhão de cisternas” que visa assegurar água de boa qualidade para beber e cozinhar a um milhão de famílias ou cinco milhões de pessoas, no Semi-árido Brasileiro; incluído nesse processo também os tanques de pedra e de terra, cacimbões, e outras experiências).

- Desenvolver ações que visem contribuir para reduzir o êxodo rural e buscar alternativas de retorno ao campo, para a população oriunda do êxodo rural, através de ações estruturadoras sustentáveis, para os meios de produção e políticas sociais (educação, saúde, segurança e habitação).

- Desenvolver ações que visem conter o desperdício de água, nas

adutoras que abastecem as cidades, nos projetos de irrigação, na perenização de rios e no uso racional por parte da população urbana e rural.

- Desenvolver processos que conduzam a reutilização de águas, para uso na irrigação, na indústria e uso doméstico, etc.

- Descentralizar e democratizar o acesso a terra e a água a todas as famílias excluídas no Semi-árido, pequenos agricultores, trabalhadores sem terra, quilombolas, mulheres e comunidades indígenas.

Compreendemos a **ÁGUA COMO UM DIREITO DE TODOS**, e não como **MERCADORIA!**

6. POTENCIAIS IMPACTOS AMBIENTAIS DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO NO ESTADO DA PARAÍBA

José Etham de Lucena Barbosa e Gilberto Queiroz de Lima Filho

Desde a época do Brasil-Colônia relata-se sobre a ineficácia, em se maximizar o aproveitamento dos deflúvios anuais concentrados em poucos meses, devido à deficiência de uma cultura de convivência com as condições ambientais naturais à região Nordeste do Brasil. Atual medida contra essa escassez hídrica gerada, o projeto de transposição da bacia hidrográfica do rio São Francisco para integração com bacias do Nordeste setentrional visa a perenização de rios intermitentes na região semi-árida e dinamização da economia regional.

Prática antecessora e emergente à transposição, a açudagem é politicamente difundida na região desde os níveis regionais aos territoriais e tem como produto as grandes obras de represamento para abastecimento na região Nordeste. Especificamente, a transposição também visa a otimização do uso das águas locais armazenadas nestes grandes reservatórios construídos.

A relação inerente dos reservatórios com os impactos sobre a sedimentação, qualidade da água, os níveis freáticos, erosão em rios, paisagístico e valores culturais (Brandimarte *et al*, 2008) atrelada a enorme carência de estudos que forneçam informações sobre os impactos decorrentes da integração das bacias na região, tornam a realidade do projeto de transposição impactante em potencial do ponto de vista ambiental, social e econômico.

A enorme carência de estudos que forneçam informações sobre os impactos decorrentes desta interligação persiste às décadas de debates e discussão sobre a viabilidade do empreendimento, principalmente no âmbito dos inevitáveis impactos ambientais. O EIA-RIMA do projeto, documento que deveria representar a síntese de uma base sólida de dados gerada por estudos técnicos-científicos de larga confiança, tem sido passível de críticas e

descrédito (SBL, 2005). A base de dados mostrada no relatório supracitado é insuficiente e não confere suporte para as conclusões apresentadas.

O limitado esforço amostral, reduzido a poucos pontos de coleta em bacias hidrográficas de grande magnitude, inviabiliza a mais elementar caracterização dos habitats aquáticos e terrestres. Processos que influenciam a diversidade operam em diferentes escalas espaciais e temporais e as coletas concentradas em amostras pontuais, não contemplam essa variabilidade nos ambientes estudados, desqualificando o relatório como uma sólida base de informações. Ainda, as limitações dos dados que constam no EIA-RIMA sobre qualidade da água, caracterização limnológica e integridade de habitat terrestres já foram salientadas no parecer nº 031/2005 COLIC/CGLIC/DILIQ/IBAMA, de 24/03/2005, páginas 8 e 16.

A interligação das bacias proporcionada pela transposição trará evidentemente mudanças significativas na biodiversidade local. A continuidade do curso de água ligará áreas que sazonalmente eram separadas, promovendo a junção de biotas, e por outro lado irá separar áreas que anteriormente tinham fluxo livre em determinadas épocas do ano. Para Rosa et al (2003) a integração de bacias influencia negativamente nas espécies aquáticas que possuem ciclos de vida especializados, por outro lado colocará em contato espécies com histórias evolutivas distintas antes separadas temporalmente.

O estado da Paraíba, inserido em sua totalidade no semi-árido, é uma conjuntura exemplo da lacuna existente no inventariado da biodiversidade desta região climática que tem dificultado consideravelmente a identificação de indicadores biológicos. Bioindicadores auxiliam na caracterização ambiental dos sistemas aquáticos e terrestres e têm sido amplamente utilizados para detectar mudanças na natureza e como alertas biológicos primários de problemas ecológicos, incluindo poluição, introdução de espécies exóticas e alterações climáticas (Niemi & McDonald, 2004). Esses organismos refletem a integridade ecológica dos ecossistemas e podem ser considerados como um registro biológico dos eventos ocorridos nos sistemas naturais.

Via de regra, a diversidade biológica atual da bacia do Paraíba é resultado de uma variedade de eventos e processos ambientais, incluindo os últimos desenvolvimentos evolutivos, processos biogeográficos, extinções, e atuais influências. (RICKLEFS e SCHLUTER, 1993).

Associada à carência de informações mais abrangentes do ponto de vista ecossistêmico, estudos limnológicos existentes no estado da Paraíba descrevem elevação gradativa dos estados tróficos dos corpos aquáticos e a persistência temporal de táxons no fitoplâncton por algas potencialmente tóxicas maximizados pelas atividades humanas (BARBOSA *et al*, 2006; BARBOSA *et al*, 2010). A composição florística inicial de um corpo aquático tem um papel importante nas mudanças sucessionais (REYNOLDS, 1993). Este fato denota a necessidade de se promover um bom equilíbrio das comunidades aquáticas precedendo impactos de alterações de paisagem como o da transposição. A dominância por cianobactérias, por vezes tóxicas não se constitui de um estado saudável para reservatórios na eminência de sofrer alterações em vista da integração de bacias.

Outro fator que pode contribuir para a redução da diversidade é a perenização dos trechos do rio Paraíba, atualmente temporários, devido a eliminação dos distúrbios naturais de seca, enchente, cheia e vazante para as barragens e lagoas abastecidas por este manancial. Os distúrbios naturais são necessários, pois são de intensidade média, e segundo Connel (1978) as comunidades não perturbadas desenvolvem baixa diversidade ao passo que perturbações de frequência e intensidade intermediária são necessárias para manter a diversidade. Para Reynolds (1993) nos ecossistemas aquáticos também é regra que o número de espécies na comunidade seja máximo, quando a intensidade e frequência da perturbação são intermediárias.

A diversidade tem relação direta com as respostas das comunidades a perturbações ambientais. As secas são parte de um distúrbio ao qual as espécies locais se adaptaram ao longo do tempo geológico e de cujo dependem para a manutenção da diversidade. Esta biodiversidade é imprescindível em longo prazo inclusive para a única espécie que se permite

submergir e diluir até completa avaria, a cultura de convivência com o seu meio, constituindo-se de prejuízo econômico, social e ambiental imensuráveis.

Diante do caminho inevitável da interligação das bacias destituída de critério ambiental, os impactos ecologicamente previsíveis nas bacias do estado da Paraíba seriam mais bem quantificados a partir de um levantamento exaustivo e intensivo de toda biota local e a criação de um banco de espécies endêmicas à região. Processos de tratamento de água nas cidades usuárias do projeto que garantam detecção e remoção de biotoxinas; intensificação de estudos sobre o aporte dos tributários, áreas marginais, dinâmica trófica e de sedimentação/ressurgências dos ecossistemas aquáticos que formam os mananciais da Paraíba se constituem em medidas preventivas para as perdas ambientais.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, J. E. L.; ANDRADE, R. S. ; LINS, Ruceline Paiva ; DINIZ, Célia Regina . **Diagnóstico do estado trófico e aspectos limnológicos de sistemas aquáticos da bacia hidrográfica do rio Taperoá, trópico semi-árido brasileiro**. Revista de Biologia e Ciências da Terra, v. suplem, p. 80-89, 2006

BARBOSA, J. E. L. ; Brasil, J. ; MONTINEGRO, Ana Karla Martins ; FRANÇA, Janiele da Costa de ; OLIVEIRA, Flávia Martins F . **Varição Interanual do Fitoplâncton e Variáveis Limnológicas em um Açude Raso, Típico do Semi-Árido brasileiro (Açude Taperoá II, Paraíba)**. In: Moura, A.N.; Araújo, E.L.; Bittencourt-Oliveira, M.C.; Pimentel, R.M.M.; Albuquerque, U.P.. (Org.). Reservatórios do Nordeste do Brasil: Biodiversidade, Ecologia e Manejo. 1 ed. Recife - PE: NUPEEA Núcleo de Publicações em Ecologia e Etnobotânica Aplicada, 2010, v. 1, p. 81-114.

BRANDIMARTE, A. L.; ANAYA, M. ; SHIMIZU, G.Y. ; MEIRELLES, S. T.; CANEPPELE, D. **Impact of damming the Mogi-Guaçu River (São Paulo State, Brazil) on limnological variables.** Lakes and Reservoirs: Research and Management, v. 13, p. 23-35, 2008.

C. S. REYNOLDS, J. PADISAK AND U. SOMMER, **Intermediate disturbance in the ecology of phytoplankton and the maintenance of species diversity: A synthesis.** *Hydrobiologia* 249 (1993), pp. 183–188

CONNELL, J.H. **Diversity in tropical rainforest and coral reefs.** Science 199:1302-1310. 1978.

IBAMA. Parecer nº 031/2005 - COLIC/CGLIC/DILIQ/IBAMA. **Análise do EIA/RIMA do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional.** Parecer técnico para subsidiar a licença prévia.

NIEMI, G. & MCDONALD, M.E. 2004. **Application of ecological indicators.** Annu. Rev. Ecol. Evol. Syst., 35: 89-111. RICKLEFS, R.E. & SCHLUTER, D. (eds.) 1994. **Species Diversity in Ecological Communities.** 414 p.

ROSA, R.S., MENEZES, N.A., BRITSKI, H.A., COSTA, W.J.E.M. & GROTH, F. 2003. **Diversidade, padrões de distribuição e conservação dos peixes da Caatinga.** In *Ecologia e Conservação da Caatinga* (I.R. Leas, M. Tabarelli, J.M.C. Silva, orgs.), Editora da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 135-180.

SBL, Sociedade Brasileira de Limnologia. **Manifesto da Sociedade Brasileira de Limnologia a respeito do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.** X Congresso Brasileiro de Limnologia – Ilhéus – BA, 2005. 8p.

8. O MUTIRÃO DAS ÁGUAS

Alder Júlio Freire Calado

APRESENTAÇÃO

Ainda que enfrente certos problemas, o Projeto de Transposição segue firme na pauta do Governo. Nesses dias, é o próprio Presidente Lula quem se dá ao trabalho de visitar, durante três dias, as obras da Transposição. Isto mostra o grau de relevância que o Governo, pressionado pelas forças dominantes que têm interesse maior na realização da obra, tem atribuído à mesma.

Estamos diante de um grande desafio. Não é a primeira vez. No período da Ditadura Empresarial-Militar, também enfrentamos vários desafios dos megaprojetos, que chamávamos então de “projetos faraônicos” (Itaipu, Trans-Amazônica, entre outros).

Ontem como hoje, nos mantemos firmes a lutar contra tais projetos, como no caso da desordenada expansão de hidrelétricas pela Amazônia e em outros Estados. Como o Projeto de Transposição, que aqui tomamos como alvo mais direto e imediato de nossa luta. Luta dos Povos da Bacia do São Francisco (Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas, Pescadores, Movimentos Sociais, Pastorais Sociais, ONGs e outros segmentos). Luta dos Povos do Semi-Árido Nordestino, mas também dos Habitantes da Cidade, todos irmanados pelo cuidado pela nossa Casa Comum, o Planeta, de que as fontes de vida, a qualidade de vida dos rios e dos Povos constituem expressão viva da mesma luta.

Nesse sentido, é que nos lançamos, de corpo e alma, nesse grande Mutirão das Águas, a percorrer áreas paraibanas que são alvo do Projeto, chegando perto das comunidades ribeirinhas, já expulsas ou ameaçadas de serem afastadas de suas terras, a título de indenizações que as mesmas comunidades consideram como uma tática conhecida na Cultura Popular – “Com bananas e bolos se enganam os tolos.”

Queremos chegar perto para conhecer melhor sua situação concreta, suas justas queixas, sua resistência, suas aspirações. No caso da Paraíba, foram escolhidas para o nosso Mutirão as comunidades situadas nas regiões do alto Sertão (Souza e Cajazeiras) e Cariri (Monteiro).

Nessas áreas, nossas Equipes irão visitar as casas, vão conversar com as famílias, conhecer sua realidade e os problemas que a Transposição implica.

ELEMENTOS DA ATUAL CONJUNTURA

Temos consciência de que o Projeto de Transposição não é algo isolado no quadro geral das políticas governamentais do atual Governo. Insere-se organicamente na lógica de mercado que preside aos critérios e aos princípios também do Governo Lula, que, na macro-economia, dá seqüência à lógica de governos anteriores. Como governos anteriores, o atual continua a reservar o filé do orçamento para o Agronegócio e as atividades do interesse dos grandes conglomerados transnacionais, inclusive os da área financeira, enquanto desse banquete nababesco segue atirando as migalhas para as políticas sociais de envergadura política de trabalho para o conjunto dos Trabalhadores e Trabalhadoras brasileiros, que não esteja vinculada à viciada lógica do mercado (esta implica geração de empregos precários e aviltantes da condição humana); política de verdadeira distribuição de riquezas e renda; democratização das terras, das águas e das fontes de vida, autêntica política de moradia, entre outras.

Em vez disso, o Governo Lula e suas forças aliadas (partidárias, sindicais e até certos movimentos sociais, igrejas e ONGs, entre outros segmentos), investindo pesadamente na maquiagem do “marketing” (para o qual destina uma escandalosa soma do erário), segue apostando fundamente em políticas compensatórias, com refinado efeito populista: quem nada tinha antes, agora pode dispor de uma bolsa família de cem reais por mês, avalia como um grande ganho. Enquanto isso, emprega o grosso do orçamento em financiamento de grupos privilegiados e seus mega-interesses

como o investimento no Pré-Sal, alimentado como um projeto salvador, em função do qual já está destinando cinquenta bilhões de dólares na compra de aviões-caça, sob o pretexto de proteger as reservas de petróleo do País, tendo como efeito inclusive a retomada da famigerada corrida armamentista, que se tinha como página virada na história atual...

No plano estadual, as coisas se passam de modo semelhante, mesmo com a recente mudança de Governo, em virtude da destituição do Governo Cássio, cassado pelo seu envolvimento na corrupção eleitoral que resultou em sua vitória ilegítima, razão por que foi substituído pelo ex-senador José Maranhão, e pelo seu vice-Governador, o petista Luciano Cartaxo, que haviam sido derrotados pelo Governo Cássio.

A história da sociedade paraibana dos últimos cinquenta anos, no que diz respeito ao cuidado com as águas e o Meio Ambiente, mostra uma sucessão de políticas equivocadas, na gestão das águas e do Meio Ambiente. Sob diferentes chavões, tais como “falta d’água”, “combate à seca”, por décadas usados e abusados como moeda eleitoral, foi sendo sistematicamente laborado um imaginário social que povoa, ainda hoje, amplas parcelas da população estadual e regional, prática ideológica que tem favorecido a ocultação de fatores reais das condições gerais de empobrecimento, miséria e marginalização, em proveito das elites regionais.

Um estudo intitulado “Transposição de Águas do Rio São Francisco” apresentado por Gilson Alves numa vídeo-conferência nacional sobre o referido Projeto de Transposição, após denunciar a ineficácia da política dos recursos hídricos, na Paraíba, assinala que tais políticas “contribuíram e contribuem para elevar a **cultura do desperdício de água, agressão ao meio ambiente e ao abandono.**” Afirma, em seguida, que “Existem na Paraíba 133 médios e grandes açudes com uma capacidade de armazenamento de água da ordem de 3,9 bilhões de metros cúbicos, capacidade essa superior à necessidade de consumo, pela população e meios de produção, se levarmos em consideração uma lógica de convivência sustentável no Semi-árido.”

Mais adiante, entende como equívoca a pretensão de se perenizar rios poluídos, enquanto “Os açudes e barragens estão expostos a um processo de evaporação, promovidos pela excessiva construção de açudes e barragens num mesmo rio, pela ação do vento, das altas temperaturas e transpiração de plantas, que juntas, consomem até 60% da água armazenada.”

Nessa mesma linha, trata de expor as contradições de tais políticas, à medida que convivem com um enorme desperdício de tais recursos: “As adutoras e estações de tratamento de água que abastecem as cidades desperdiçam 40% do volume total bombeado, acrescentado-se ainda os vazamentos nas redes de distribuição urbanas e o gasto elevado por parte dos consumidores;”

No que diz respeito especificamente ao Projeto de Transposição, não se observa alteração substantiva quanto ao posicionamento de ambos. Ambos são aliados e protetores dos interesses dos grandes grupos econômicos que estão por trás do Projeto de Transposição. Ambos compunham o Comitê Paraibano pela Transposição na Paraíba, tendo como coordenador o arcebispo da Paraíba. É certo, porém, que houve algumas alterações secundárias. Por conta da vinculação explícita do arcebispo da Paraíba ao Governo Cássio, aquele já não atua como antes. Aparentemente, um ganho para nós, da Frente Paraibana contra a Transposição. Só aparentemente. Na verdade, mesmo com a desarticulação do Comitê pelo atual Governo Maranhão, este é quem toma para a alçada direta do Governo o encargo institucional do Projeto. Não por acaso, o Governo Maranhão nomeia um qualificado quadro técnico-político, o Sr. Francisco Sarmiento como responsável direto pelo acompanhamento da obra no Estado. Ao institucionalizar, de modo mais sólido, seu atual Secretário passa a atuar com mais desenvoltura na articulação orgânica e direta com os grandes grupos econômicos interessados na realização do Projeto. Sob esse aspecto, em vez de ganhos, tivemos agravado o nosso desafio.

Enquanto isso, os problemas de agressão ao Meio Ambiente não cessam de se agravar, haja vista a situação dos rios da Paraíba, como o Rio Paraíba. Nesse sentido, vale destacar, de modo resumido, alguns pontos de enfrentamento:

- Nasce no município de Monteiro, onde terminará o Canal Leste da transposição.
- Tem sua foz no Oceano Atlântico entre os municípios de Cabedelo (sede do porto), Santa Rita, Lucena e João Pessoa
- A Bacia do rio Paraíba tem uma área de 20.071 Km²
- Abrange 38% do território paraibano
- Abriga 1.828,178 habitantes ou 52% da população paraibana (abrangendo as duas maiores cidades: Campina Grande e João Pessoa).
- Percorre de 380 Km
- Barrado em Boqueirão e Acauã
- Possui um Comitê de Bacia

Principais Problemas

- Construção de vários açudes nos afluentes do rio Paraíba (alguns servindo para irrigação)
- Perda da mata ciliar
- Poços para a indústria de aves prejudicando o aquífero
- Duas grandes barragens: Epitácio Pessoa (conhecido como Boqueirão) e Acauã.
- Presença da algaroba na margem do rio
- Em Boqueirão há plantação de tomates e agrotóxicos são jogados no açude, que abastece Campina Grande.
- Em Acauã, 900 famílias foram atingidas pela construção da barragem no governo Maranhão. A situação continuou sem solução no governo Cássio Cunha Lima.
- Essas barragens e açudes desequilibram a movimentação de sedimentos para o oceano.
- Retirada de areia nos municípios de Salgado de São Feliz, Itabaiana e Cruz de Espírito Santo
- Água para as olarias do município de Santa Rita
- Populações ribeirinhas pobres

Além desses pontos, convém ainda acrescentar que o Governo Maranhão está construindo o Canal da Translitorânea, para irrigar dez mil hectares no Litoral.

Por outro lado, em que pese nossa limitação de ação, já que ainda contamos com um número muito reduzido de protagonistas do nosso lado, alegra-nos sentir o esforço de superação dos componentes da Frente. Isto se faz sentir, por exemplo, pela participação regular de representantes nossos nos encontros, seminários e eventos de articulação regional, bem como a disposição dos nossos de participar desse grande Mutirão das Águas, apesar de todos os obstáculos à nossa frente.

DESCAMINHOS DO PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO

Apesar de toda a grana já empregada no dito Projeto, tem-se conhecimento de que nem tudo nele anda a contento. Ele apresenta uma série de problemas em sua realização. As verbas superfaturadas não estão sendo liberadas conforme o previsto. Empresas se retraem do Projeto, assustadas com risco do seu investimento. O Governo dá prova de que não tem garantidos os recursos que prometeu destinar à obra. Recorre a empréstimos junto ao Banco Mundial.

Por outro lado, em várias comunidades por onde deve passar o canal da Transposição, cresce a revolta contra o mesmo, por razões óbvias: não foram consultadas (e, se tivessem sido, não estariam de acordo com a violência do Projeto). Pior: não bastasse não terem sido consideradas, ainda por cima a indenização prometida é muito aquém do valor das incontáveis perdas materiais e imateriais (estas não têm preço de indenização que compense...).

CONSTRUINDO A RESISTÊNCIA

Em que pese uma relação de forças profundamente desfavorável às classes populares – desatendimento ou atendimento insuficiente às políticas

públicas relativas às reformas de base, que constavam da agenda do Governo; um certo refluxo dos movimentos sociais, inclusive por conta do apelo abusivo a mecanismos de cooptação e absorção nos espaços governamentais; o processo de criminalização dos movimentos sociais, com uma agressiva campanha da mídia convencional paga pelos grandes grupos econômicos incomodados pelos pleitos mais legítimos da sociedade organizada – temos seguido firmes no caminho da resistência. Inclusive frente aos megaprojetos, a exemplo do Projeto de Transposição.

Temos caminhado juntos com os companheiros do MAB, dos Povos Indígenas, das Comunidades Quilombolas, das Comunidades de Pescadores, da CPT, de vários movimentos sociais populares, da atuação de igrejas cristãs, fortalecida enormemente pelo reiterado gesto do jejum de onze dias, na primeira vez, e de 24 dias, da segunda vez, feito pelo bispo de Barras – BA, Dom Luiz Flávio Cappio.

Antes, durante e depois da profética atitude de Dom Luiz, vimos organizando várias atividades de mobilização, de avaliação e de encaminhamentos práticos, em várias partes do Semi-Árido do Nordeste. Nessa esteira, destacamos a importância da Caravana a percorrer os vários Estados envolvidos no Projeto da Transposição, os vários encontros realizados em Sobradinho e em outros centros da região, a atuação das Frentes contra a Transposição, atuando em vários Estados. E, mais recentemente, o planejamento dos Mutirões, sobre os quais é preciso nos atermos, nesta Cartilha.

A FORÇA DO MUTIRÃO

Nossa história de resistência tem na organização e realização de mutirões uma de suas estratégias mais eficazes. Em tantos movimentos sociais populares do passado, foi o recurso ao mutirão de grande valia, como em Canudos, em Caldeirão, na construção de açudes, na limpeza de roças comunitárias, na construção de escolas, igrejas, etc. Mas, também,

em mutirões de organização das comunidades. E é especialmente desse tipo de mutirão que queremos tratar, aqui.

Fazer mutirão implica garantir uma série de condições e preparativos. Requer, primeiro, que tenhamos claro o sentido que lhe damos. Mutirão é cooperação fraterna, é ação comunitária de entre-ajuda, especialmente de pobres com e para pobres. Nasce da convicção de que sozinhos pouco ou nada podemos. À medida que cada um sai do isolamento, vai ao encontro dos semelhantes, de um grupo, de uma comunidade, vai descobrindo a força da união para enfrentar e resolver nossos problemas do dia-a-dia: problemas de saúde, ajuda para uma limpa de uma roça, ajuda para reformar uma casinha, para abrir uma pequena estrada, e assim por diante.

Quem já não escutou belas histórias de organização de mutirão? Casos que pareciam impossíveis a uma ou duas pessoas, e depois, quando se juntaram, o “milagre” aconteceu...

Um mutirão precisa contar com as condições favoráveis para ser levado a bom termo. De início, algumas pessoas que puxem a organização. Que provoquem a discussão do problema comum. Que animem as pessoas para enfrentar juntas a situação. Que chamem as pessoas para uma reunião. Que, na reunião (ou reuniões), situem de maneira clara como se coloca o problema, e incentivem as pessoas presentes a se expressarem, sentindo qual é seu posicionamento. Que, conforme o sentir comum das pessoas presentes, façam uma sugestão concreta de enfrentamento comum do problema. Que sintam o grau de adesão ou de discordância em relação à proposta. Que construam um plano na base do consenso. Que distribuam tarefas entre as pessoas presentes: quem vai se encarregar de fazer o quê?

É com esse entendimento que a gente, agora, parte para organizar concretamente o nosso Mutirão das Águas.

ANEXO I

MANIFESTO DA FRENTE PARAIBANA EM DEFESA DA TERRA, DAS ÁGUAS E DOS POVOS DO NORDESTE

Nós, **nordestinos/as e paraibanos/as**, integrantes de diversas entidades e movimentos sociais e populares, por meio da **Frente Paraibana em Defesa da Terra, das Águas e dos Povos do Nordeste**, queremos de público nos manifestar, do Sertão ao Litoral, por um Brasil consciente, por um Nordeste sustentável, pelo fim da exploração do Agro-Hidro-Negócio e da fome/sede (de comida, de água e de justiça), por mudança e por dignidade para todos e todas!

A terra, as águas e os bens da natureza são, acima de tudo, patrimônios dos povos que habitam cada território, e devem estar a serviço do desenvolvimento da humanidade. Entendemos, então, que isso só será garantido, e as mudanças realizadas, com uma ampla participação popular, onde o POVO seja o sujeito/protagonista de todo o processo de mudança do Brasil e do Nordeste que sonhamos e pelo qual lutamos: politicamente democrático, economicamente justo, socialmente eqüitativo e solidário, culturalmente plural e ambientalmente sustentável.

Na construção do “*Outro Nordeste Possível*”, em consonância com o “*Projeto Popular para o Brasil*”, propomos, lutamos e exigimos:

1. Respeito, cuidado e preservação da biodiversidade, a partir dos biomas, compreendidos como um conjunto de vida humana, animal e vegetal que cobre determinada região de forma organizada e contínua;
2. Controle dos meios de produção pelos/as trabalhadores/as camponeses/as, por meio de Reforma Agrária, fim do latifúndio, e produção que garanta os princípios da agroecologia e soberania alimentar com autonomia para decidir na produção;

3. Luta contra a manipulação da vida pelos transgênicos e a defesa das sementes como patrimônio da humanidade, partindo da recuperação, preservação e multiplicação das sementes da paixão (ou crioulas, tradicionais...);
4. Suspensão imediata da “*obra faraônica*” da Transposição do Rio São Francisco. Substituição pelas propostas alternativas do Atlas do Nordeste, da Agência Nacional de Águas (ANA), atendendo a 42 milhões de pessoas dos nove estados nordestinos, mais o norte de Minas Gerais, abastecendo assim 1.356 sedes municipais do meio urbano, ao custo de apenas R\$ 3,5 bilhões de reais. Para o meio rural, propomos as 144 tecnologias empregadas pela Articulação no Semi-Árido (ASA), que atenderiam cerca de 10 milhões de pessoas;
5. Valorização e reconhecimento das mulheres e de seu trabalho, bem como do ser humano como um ser integral, na participação efetiva em todos os espaços de decisão sobre a produção, o patrimônio, as relações políticas e comunitárias dos povos do Nordeste;
6. Geração e valorização da renda gerada pelo/a agricultor/a camponês, com investimento público na ciência, tecnologia e pesquisa para a agricultura camponesa;
7. Contribuição/Recuperação das relações de solidariedade entre os povos e nações, e na sociedade com o ambiente, sendo elas fraternas, igualitárias, sustentáveis e geradoras de vida para os povos nordestinos;
8. Construção de outro modelo de sociedade, de Nordeste, que tenha como princípios uma economia solidária e de cooperação, agroecologia, soberania e segurança alimentar, cuidado/respeito com os biomas, rompendo com as práticas de exploração, concentração de riqueza e esgotamento dos recursos naturais e que geram pobreza e exclusão;
9. Valorização, defesa e respeito ao saber, a cultura e aos modos de vida de comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas,

camponeses e grupos sócio-culturais minoritários, como os ribeirinhos e pescadores;

10. Estímulo, resgate e valorização das práticas simples e naturais de cuidado com a saúde, de prevenção e controle de doenças;
11. Apoio aos trabalhadores/as rurais sem terra, aos pequenos/as agricultores/as e a agricultura familiar e ecológica;
12. Análise da questão do lixo, reduzindo o consumo, promovendo a coleta seletiva, apoiando as organizações de catadores/as e incentivando a reciclagem.

Paraíba – Brasil, 22 de dezembro de 2007 – Martírio de Chico Mendes.

MST, CPT, Pequenas Comunidades das Irmãs Inseridas, PJMP-Campina Grande, AMB, MPA, Sindicato dos Correios, Polo sindical da Borborema, Serviço Pastoral do Migrante, PJR, Centrac, AJURCC, CEDOR, DECA, Cáritas, Juventude Franciscana de Santa Rita, Tito Silva e Cabedelo, DCE-UFPB, CA de Biologia-UFPB, Consulta Popular, Assembléia Popular, ASA-PB, ASPTA, Cunha Coletivo Feminista, MTD, SINTER, Grupo de Teatro do Oprimido GRITO, Polo sindical da Borborema, MAB, Gabinete de Paula Frassinete, APAN.

ANEXO II

ÁGUA NA PARAÍBA: NOTA À SOCIEDADE PARAIBANA

O ano de 2008 foi emblemático para levar a justificativa do projeto de Transposição para o Semi-árido por água abaixo. As fortes chuvas que vêm caindo desde o início do ano demonstraram, mais uma vez, como os técnicos de Brasília, apoiados por alguns políticos e algumas autoridades religiosas, conhecem pouco a nossa realidade. Se a conhecessem, saberiam porque o Semi-árido brasileiro é o mais populoso do mundo. Se não fosse possível conviver com aquela realidade, não haveria uma população de milhões, tirando desta terra o seu sustento.

No momento em que divulgamos esta nota de protesto, o site da AESA-PB - Agência Estadual de Águas da Paraíba - mostra que os grandes açudes da Paraíba estão sangrando. Alguns foram destruídos pelas fortes chuvas, enquanto outros estão ameaçados. Por que, então, não vemos os mesmos que defendem com tanta veemência o projeto da transposição lutar pela recuperação destes açudes? Estariam estas pessoas esperando que no próximo ano algumas cidades sofram com o abastecimento de água, não pela falta de chuvas e sim pela destruição das barragens, para novamente enfatizarem que a solução é a transposição? Por que ainda não aprenderam que a nossa Paraíba tem água, mas ainda falta infra-estrutura para armazená-la?

As fortes enchentes, causadas em parte pela derrubada das matas ciliares, mataram quase trinta pessoas na Paraíba. Onde estão os defensores do projeto da transposição que não estão lutando pela recuperação dos nossos rios que estão a caminho do cemitério?

O ano de 2008 está provando que não temos falta de água na Paraíba, o que temos são problemas como a concentração de terra, a concentração de água, a concentração de renda e a falta de vontade política para resolver estes problemas. Onde estão os que defendem o projeto da transposição, alegando que trará emprego para a nossa região, para denunciar a tomada das terras das Várzeas de Sousa por multinacionais?

Nós, da Frente Paraibana em Defesa da Terra, das Águas e dos Povos do Nordeste somos contra o projeto da transposição do rio São Francisco porque acreditamos que é possível um outro projeto de abastecimento, com descentralização da água e da terra, como apresenta o Projeto Atlas do Nordeste, elaborado pela Agência Nacional de Águas, órgão do Governo Federal. Um projeto que realmente contemple as necessidades do Semi-Árido.

FRENTE PARAIBANA EM DEFESA DA TERRA, DAS ÁGUAS E DOS POVOS DO NORDESTE

MST, CPT, Pequenas Comunidades das Irmãs Inseridas, PJMP-Campina Grande, Articulação de Mulheres Brasileiras, Movimento dos Pequenos Agricultores, Sindicato dos Correios, Polo Sindical da Borborema, Serviço Pastoral do Migrante, Pastoral da Juventude Rural, Centrac, AJURCC, CEDOR, DECA, Cáritas, Juventude Franciscana de Santa Rita, do Tito Silva e de Cabedelo, DCE-UFPB, CA de Biologia-UFPB, FEAB, Consulta Popular, Assembléia Popular, Articulação do Semi-Árido/PB, ASPTA, Cunha Coletivo Feminista, Movimento dos Trabalhadores Desempregados, SINTER, Grupo de Teatro do Oprimido GRITO, Grupo Pacto, Movimento dos Atingidos por Barragens, Gabinete de Paula Frassinete, APAN

ANEXO III

05 DE JUNHO – DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE

Na semana em que se desenvolve atividades alusivas ao Dia do Meio Ambiente, temos o que comemorar? Vejamos:

-A Mata Atlântica continua em acelerado processo de degradação, a sanha dos empreendedores continua sobrepujando nossa necessidade e nosso desejo de preservá-la. O Poder Público se omite, permitindo e licenciando ações como essa.

-O desmatamento da Caatinga, importante ecossistema presente em grande parte da Paraíba, está sendo efetuado com o objetivo de ser utilizado como fonte energética para fornos de indústrias.

-Exploração de minério e extração de areia sem absolutamente critério algum, muito menos Estudo de Impacto Ambiental, importante e obrigatório instrumento de avaliação sobre as conseqüências da realização de empreendimentos ou atividades potencialmente degradadoras.

-Privatização da água, recurso imprescindível à vida humana. Com os atuais projetos ligados à transposição do Rio São Francisco, são notórios os investimentos nas áreas privadas e nos latifúndios, áreas onde o pequeno produtor não terá acesso, permanecendo, portanto, vitimado pela indústria da seca e pela falta de comprometimento com políticas realmente voltadas ao interesse de quem produz o pão de cada dia de todos os paraibanos.

-Os alimentos transgênicos continuam sendo utilizados no nosso Estado e estão nas prateleiras dos supermercados, sem o cuidado de alertar as pessoas sobre os perigos e conseqüências para a saúde humana. Sequer é exigida a rotulagem.

-A Carcinicultura (cultivo de camarões em viveiros) está causando verdadeira tragédia ambiental e social em várias cidades da Paraíba. A salinização e contaminação do solo por produtos químicos usados na

atividade estão inviabilizando a permanência da população nativa em suas áreas.

- Todos os rios da Paraíba estão poluídos e em lamentável estado de assoreamento, sem a presença de sua vegetação (mata ciliar), necessitando urgente de revitalização e permanente ação de educação ambiental com as populações ribeirinhas, além de melhor gestão dos órgãos de fiscalização.

- Nossos manguezais, berço da vida marinha, sofrem com a constante agressão, sem nenhuma observância de sua importância para o equilíbrio ambiental de diversos outros ecossistemas.

- Nossa orla, diga-se Área de Preservação Permanente, está sob a mira famigerada da especulação imobiliária que ocupa irregularmente nossas praias, construindo hotéis, flats e outros empreendimentos, a exemplo do “Tabatinga Praia Hotel”, edificações que não atendem, de longe, as necessidades da população e agridem o meio ambiente. Essas ocupações irregulares estão, inclusive, em áreas como o Altiplano Cabo Branco.

- A expansão do cultivo da cana-de-açúcar está cada vez mais ocasionando a supressão da nossa Mata Atlântica.

- Pouquíssimas Unidades de Conservação foram criadas no Estado e estas sofrem com a falta de gestão eficiente e eficaz.

- O que nos deixa mais estarecidos e indignados é que todas essas atividades estão respaldadas em licenciamentos concedidos pelos órgãos que, pelo menos em tese, existem para fiscalizar e proteger o meio ambiente.

- João Pessoa merece um espaço de destaque neste documento por viver um momento especial na gestão municipal, sobretudo pelas obras de concreto que têm se alastrado pela cidade. Vivenciamos um total desprezo quanto à implantação de políticas ambientais, uma gestão que não dialoga com a sociedade a respeito de suas prioridades no que se refere ao meio ambiente, por isso mesmo continua executando obras que degradam, agridem e interferem negativamente na qualidade de vida da população. Sem esquecer gestões anteriores que, igualmente a esta, promoveram ações degradadoras. Eis algumas:

- Construção da Estação Ciência Cultura e Artes (ECCA!!!!) em área de interesse ecológico, cortando centenas de árvores nativas para viabilizar sua edificação.

- Projeto de construção do Teatro Municipal em área de interesse ecológico.

- Autorização para funcionamento de postos de revenda de gás natural em áreas residenciais.

- Mudança ilegal do zoneamento de parte da cidade através de edição de Decreto, para favorecer ao setor imobiliário.

- Autorização para construção do Marina's Ocean no sopé da barreira do Cabo Branco.

- Autorização para construção do Manaíra Shopping em área de preservação permanente, o que provocou o desvio do rio Jaguaribe.

- Absoluta ausência de uma política dirigida ao Parque Lauro Pires Xavier.

- Nenhum investimento na infra-estrutura do Centro de Zoonoses. Pouco ou nada se faz pelo bem estar animal.

- Corte de árvores em Manaíra para construção de estacionamento, na Camilo de Holanda para ampliação da avenida, na Lagoa para instalação de monumento ao escritor Ariano Suassuna, na Epitácio Pessoa, a propósito de não se sabe bem o quê...

Enfim, o quê mesmo estamos comemorando?

Associação Paraibana dos Amigos da Natureza – APAN
Frente Paraibana em Defesa da Terra, das Águas e dos Povos do
Nordeste
Grupo PACTO
Movimento Nacional dos Artistas pela Natureza

ANEXO IV

TRANSPOSIÇÃO: “DESENVOLVIMENTO” CONTRA O POVO

Manifesto em defesa das águas, da terra e do povo do Nordeste

Entre os dias 26 e 30 de novembro de 2009, representantes de movimentos populares e organizações sociais dos Estados do Nordeste percorreram as regiões dos quatro estados do Setentrional – Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco – por onde obras e promessas da transposição do Rio São Francisco já impactam a vida da população e o meio ambiente. Foi o 3º Mutirão das Águas, que vem dizer neste manifesto o que viu e quer denunciar às autoridades e a toda sociedade.

Com o objetivo de tomar conhecimento da situação real e discutí-la com a população, 53 “mutirantes” testemunharam a truculência com que o projeto da transposição tem sido imposto a uma população resignada a sofrer em nome de um “desenvolvimento” que, parece, não é para ela. O governo federal se propõe a reassentar 703 famílias; contactamos, porém, que o número dos impactados diretos é muito maior. Do mesmo modo os tipos e importâncias dos impactos sociais e ambientais.

É o que denunciemos:

- Desinformação geral acerca de tudo o que implica este projeto, durante e depois das obras;
- Propaganda enganosa, com manipulação das consciências e vontades quanto a benefícios e impactos;
- Indenizações: critérios duvidosos, valores injustos, sem compensação pelas perdas e danos; à mercê das empresas privadas que economizam nos “gastos sociais”; aposentados e agregados sem direito a casa nem a terreno nas agrovilas;
- Regularização fundiária para desapropriação legal que não reconhece real valor das propriedades;

- Não reconhecimento do direito adquirido pelas famílias que habitam casas e plantam em áreas do DNOCS junto aos açudes envolvidos;
- Ao contrário das indenizações pagas aos atingidos, terras estão supervalorizadas; proprietários locais e forasteiros compram áreas próximas aos canais;
- Ameaça aos povos indígenas e comunidades quilombolas, lentidão na demarcação dos seus territórios;
- Destruição de cisternas familiares construídas recentemente com recursos públicos;
- Desperdício e poluição das águas pelas empresas construtoras;
- Desestruturação de famílias, aumento de separações de casais e de casos de depressão e até suicídios; instalação ou crescimento da prostituição, abuso infantil, tráfico e utilização de drogas, doenças sexualmente transmissíveis, criminalidade e violência;
- Doenças respiratórias em crianças e idosos provocadas pela poeira do intenso tráfego de caminhões das construtoras;
- Inoperância diante das irregularidades, por parte de órgãos públicos estaduais e federais, em especial de meio ambiente e de regularização fundiária;
- Descumprimento dos acordos feitos com as comunidades para início das obras, com oferta suficiente e permanente de água, de ambulância e de segurança;
- Oferta de empregos locais não cumpre a promessa: são temporários e em número insignificante diante da demanda atraída;
- Enfraquecimento da economia local, com a destruição das bases de vida de pequenos agricultores, fornecimento dos insumos e mantimentos por outras praças, com vantagens locais apenas para bares e pousadas;
- Rios e açudes completamente poluídos, inclusive os que receberiam a água; açudes e estruturas hídricas abandonadas como o São José, em Monteiro PB, e todo o rio Paraíba;

- Regiões com potenciais e projetos hídricos alternativos abandonados em espera da transposição, como no caso do Rio Grande do Norte.
- Cooptação de lideranças das organizações e movimentos sociais;
- Desserviço prestado por setores da Igreja Católica que se colocam acriticamente em apoio à transposição, cegos para os desmandos e interesses escusos por trás do projeto;
- Políticos inescrupulosos se utilizam da bandeira da transposição para conseguir votos.

Mas não vimos só desgraças. O povo mesmo ludibriado resiste e busca saídas. Maravilhamo-nos com as águas abundantes em todos os Estados, açudes cheios às vésperas de novo período chuvoso, caatinga nem toda ainda seca em muitas partes, plantações verdejantes nos baixios. Sinais do Semi-árido viável com seus próprios recursos naturais e culturais de seu povo forte.

O total desrespeito ao povo escancara não só a mentira da transposição, como também a falência de nosso sistema de democracia. Se é um projeto de tão grande, propalado benefício de 12 milhões de “sedentos”, por que parte desta gente está sendo tão maltratada e espoliada? A expressão “ninguém pode com governo”, que tantas vezes ouvimos nestes dias, revela a ilusão em que vive um povo crédulo e submisso diante da prepotência de falsos representantes eleitos pelo voto. A postura de “pai dos pobres” do atual governo significa um imenso retrocesso na educação política do povo e na construção do poder popular.

Os reais interesses a que serve a transposição ficam evidentes quando nos damos conta de que os canais se dirigem aos grandes açudes e beneficiariam áreas de monoculturas irrigadas empresariais, que substituíram culturas alimentares das famílias. E estão sendo construídos de par com a implantação do sistema mercantil de gestão das águas. Não há mais como se negar a responder às questões: qual o custo desta água; quem vai pagar

a conta; como vai ser a gestão das águas de todo o Nordeste com a transposição?

Os grandes interesses por trás da obra estão protegidos por governadores, ministros, deputados, senadores, juízes e políticos locais, que encontraram no Presidente da República um aliado capaz de usar as necessidades primárias da população – água para beber e se alimentar – como artifício para satisfazer ambições de poder e riqueza.

Nós sabemos que o destino das águas a serem transpostas querem que já esteja selado: irrigar os grandes empreendimentos poluidores e devoradores de água e energia (termelétricas, siderúrgicas e refinarias); irrigar o agronegócio da fruticultura e o hidronegócio da carcinicultura e do mercado de águas. O povo é o detalhe legitimador e o inocente pagador.

Teimamos em dizer para a sociedade e para o governo federal que as águas do Rio São Francisco querem continuar seguindo seu curso natural, pois é por onde geram e reproduzem um complexo inseparável de vida. Mas essas águas estão há muito doentes; elas sofrem pela ação depredadora dos que, por colocarem o lucro acima da vida, pilham o rio de toda forma: desmatamento, abuso de água, lixo, agrotóxicos, metais pesados, etc. Urgem verdadeira revitalização, não uma empulhação, “moeda de troca” pela transposição.

Teimamos em dizer que o Semi-árido Brasileiro não precisa de grandes obras para tratar os problemas causados pela irregularidade das chuvas abundantes. Precisa, sim, de ações de convivência. Os que vivem e trabalham no Semi-árido carecem ser ouvidos, seus direitos fundamentais respeitados e suas experiências conhecidas e multiplicadas.

Nós consideramos que violações aos Direitos Humanos das populações do Nordeste não podem ser o preço para que se aprofunde esse modelo de falso desenvolvimento na região. Um modelo que perpetua a desigualdade, a contribuir para que mais e mais pessoas sejam impedidas de viver com dignidade e em harmonia com a natureza.

Propomo-nos a concretizar e fortalecer uma aliança sócio-ambiental entre todas as vítimas da transposição e destas com a sociedade em geral,

para salvar o Nordeste da sanha gananciosa e destruidora das elites de sempre, hoje globalizadas, e revitalizar de verdade o rio São Francisco. *São Francisco Vivo – Terra e Água, Rio e Povo! Não à transposição, conviver com o semi-árido é a solução! Por um Projeto Popular para o Nordeste!*

Campina Grande, 30 de novembro de 2009.

Frente Cearense Por Uma Nova Cultura da Água e Contra a Transposição de Águas do Rio São Francisco
Frente Paraibana em Defesa da Terra, das Águas e dos Povos do Nordeste
Articulação Popular São Francisco Vivo (MG-BA-PE-SE-AL)

SOBRE OS AUTORES E AUTORAS

Alder Júlio Freire Calado é Sociólogo-Educador Popular. Assessora movimentos sociais populares e pastorais sociais desde meados dos anos 60. É autor de *Tecelão da Utopia: uma leitura transdisciplinar de Paulo Freire*, entre outros escritos. É um dos fundadores da Frente Paraibana em Defesa da Terra, das Águas e dos Povos do Nordeste.

Ana Célia Silva Menezes é Religiosa (FSCJ), Pedagoga, Educadora Popular e mestranda em Educação na Universidade Federal da Paraíba. É, também, integrante da Frente Paraibana em Defesa da Terra, das Águas e dos Povos do Nordeste.

Delires Maria Brum é Religiosa (FSCJ), Assistente Social e Educadora Popular.

Flávio Rocha é Mestre em Espiritualidade da Criação pela Naropa University – EUA – e em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal da Paraíba. É um dos fundadores da Frente Paraibana em Defesa da Terra, das Águas e dos Povos do Nordeste.

Gilberto Queiroz de Lima Filho é Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) Sub-área: Gestão e Saneamento Ambiental Universidade Estadual da Paraíba/ Universidade Federal da Paraíba.

Gilson Alves é diretor do Sindicato dos Extensionistas Rurais da Paraíba – SINTER – e integrante da Frente Paraíba em Defesa da Terra, das Águas e dos Povos do Nordeste.

José Comblin é Teólogo com larga experiência na América Latina. Autor de vários livros, atualmente mora na Diocese de Barra – BA.

José Etham de Lucena Barbosa é Doutor em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos. É professor da Universidade Estadual da Paraíba.

José Jonas Duarte da Costa possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba, mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal da Paraíba e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal da Paraíba e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB

Severino Santos Terto é estudante do Curso de História da Universidade Federal da Paraíba, membro da Assembléia Popular – Campina Grande - e fundador da Associação de Juventude pelo Resgate da Cultura e Cidadania-AJURCC e da Frente Paraibana em Defesa da Terra, das Águas e dos Povos do Nordeste.